



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - DÍVIDA PÚBLICA

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1867/09	DATA: 21/10/2009
INÍCIO: 14h59min	TÉRMINO: 17h24min	DURAÇÃO: 02h26min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h26min	PÁGINAS: 56	QUARTOS: 29

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA – Ex-Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO: Esclarecimentos sobre fatos relacionados ao objeto de investigação da CPI.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo) - Boa tarde. Declaro aberta a 10ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar a dívida pública da União, Estados e Municípios; pagamento de juros da mesma, beneficiários desses pagamentos, e o seu impacto nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável do País.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para tratarmos sobre fatos relacionados ao objeto de investigação desta CPI, com a exposição do Sr. Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa, ex-Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

E para a deliberação do requerimento, convido o Professor Carlos Lessa a tomar assento à Mesa.

É uma honra muito grande tê-lo aqui conosco.

Antes de passar a palavra ao expositor, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que serão adotados. O tempo concedido ao expositor será de 20 minutos, prorrogáveis, não podendo ser aparteado.

Os Deputado interessados em tecer considerações deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. O Relator disporá do tempo que for necessário para as suas considerações. O autor do requerimento terá o prazo de 15 minutos para tecer suas considerações, computados, nesse tempo, o prazo para as respostas do expositor. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 10min para tecer considerações, computados, nesse tempo, o prazo das respostas do expositor.

Concedo, com muito honra, a palavra ao Professor Carlos Lessa, que já foi nosso professor e companheiro de trabalho no Ministério do Planejamento.

Com a palavra V.Sa., Professor Carlos Lessa.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Agradeço esta oportunidade, gerada pela convocação, para comparecer a este plenário.

Quero dizer que não me considero um especialista no tema de dívida pública. Até recomendo, caso os senhores não tenham escutado ainda, Décio Garcia Munhoz, Professor da UNB, que inclusive está me acompanhando, pessoa que considero ser a melhor e mais informada sobre este tema e que faz parte do meu círculo de relações.



Quero dizer que não estou atualizado com relação às minúcias dos dispositivos operacionais da dívida pública brasileira. Porém, quero crer que tenho um treinamento razoável, assim como também razoável interesse pelo meu País, de modo a poder colocar algumas questões à consideração dos membros desta Comissão.

Vocês me desculpem, mas o uso do cachimbo me entorta a boca. Estou com 74 anos, dos quais mais de 70 anos sendo professor. Então, tenho muita tendência a começar tentando colocar alguns conceitos com absoluta clareza. Quero dizer aos senhores o seguinte: o endividamento é absolutamente necessário para que uma economia capitalista funcione. Sem endividamento, a máquina de crescimento capitalista é como se fosse uma máquina com uma porção de peças móveis sem lubrificante. Sem lubrificação, ela tranca, não funciona. A dívida em si, não é nem um bem nem um mal. Porém, dependendo da forma como é criada e a maneira pela qual é transacionada, pode se converter num mal ou num bem.

Queria que todos tivessem presente o seguinte: existe uma figura chamada “o emissor da dívida primária.” O que é “o emissor da dívida primária”? É a família quando compra qualquer coisa a prazo ou pega um empréstimo qualquer, mesmo de curto prazo, e está emitindo uma dívida. É a empresa, quando contrata qualquer tipo de financiamento, quer para a compra de produtos para a sua produção corrente, quer para a compra de ativos pré-existentes e para a compra de novas instalações e ampliações da sua capacidade produtiva. E, finalmente, existe o setor público que emite dívida para as mais variadas finalidades. Pode ser desde absorver dólares excessivos, equilibrar fluxos monetários, mas também pode ser para expandir gastos públicos em muitas direções. Pode ser desde reforçar as políticas de gastos públicos correntes até reforçar os investimentos públicos.

Muito bem. Quando se emite um título de dívida, quer seja uma família, uma empresa, um setor público, há emissão de um título que compõe uma riqueza que é chamada de riqueza mobiliária. Não é a riqueza real. Para que todos visualizem, a riqueza real é esta mesa e a riqueza mobiliária são cartas que eu vou construindo em cima desta mesa. Por quê? A partir da dívida primária das famílias e das empresas do setor público, existem os intermediários do setor financeiro que conseguem construir segundos, terceiros, quartos e enésimos andares em um



castelo de cartas emitindo títulos e dívidas, cujo ativo é a própria dívida mobiliária primária. Essa atividade construtora de castelo de cartas é a dimensão amedrontadora da multiplicação da dívida pela intermediação financeira. Porém, vejam bem. Se o tema desta Comissão é a dívida pública brasileira, quero acreditar que os senhores estão preocupados com a dívida pública consolidada, não aquela que se expressa por restos a pagar.

Quero dizer aos senhores que a dívida pública brasileira tem uma trajetória no mínimo relativamente misteriosa. Até onde eu conheço, não houve adequados estudos sobre o modo de como ela se constituiu. Porém, uma das coisas que quero dizer aos senhores, retrocedendo os ponteiros do relógio da história, é que um dos grandes argumentos manejados a favor das privatizações, desde a Vale do Rio Doce até as elétricas, passando por todas as modalidades, e que a venda desses ativos públicos permitiria reduzir significativamente a dívida pública interna. Infelizmente, até onde eu sei — perdoem-me se por acaso a memória de um idoso não está absolutamente precisa — conseguimos, pelas privatizações, alguma coisa na ordem de uns 100 bilhões de reais — a preço de hoje — na primeira metade dos anos 90. E a dívida interna saltou de cento e poucos bilhões em 90 para mais de 680 bilhões ao final daquela década. Ou seja, apesar de termos feito a privatização de importantes ativos que faziam parte do patrimônio público, não houve uma redução da dívida pública. Pelo contrário, seguiu crescendo em marcha batida, nos anos 90.

Na verdade, a primeira e mais dramática interrogação é o que esteve por trás desse espantoso crescimento da dívida pública brasileira da década de 90; que de certa forma prosseguiu neste nosso milênio. Hoje a dívida pública brasileira anda superior a 1 trilhão e quase 1,3 trilhão. Cresceu sem parar. Mas o que é dramático é o seguinte: a economia brasileira não cresceu. Os senhores sabem que, de 1990 até 2000, a taxa média de crescimento do Brasil andou em torno de 2,3% ao ano, o que é alguma coisa quase igual — não é igual, mas é muito pouco maior do que o crescimento demográfico brasileiro.

Do ponto de vista brasileiro estivemos estagnados. Do ponto de vista comparativo, na América Latina, só o Haiti cresceu menos do que o Brasil na década de 90.



O que estou querendo dizer é que, pelos dados macroeconômicos ou macrodinâmicos, o Brasil se endividou, porém esse endividamento não gerou crescimento. Quando gera crescimento, o endividamento repõe as bases de sua sustentação. Por exemplo, quando uma família se endivida, ela o faz, por exemplo, para antecipar a compra de uma residência, ou nas Casas Bahia para adquirir um objeto qualquer, um limpador, uma geladeira, ou numa revendedora de automóveis, para comprar um veículo. Essa família que se endivida, do ponto de vista estritamente contábil, passa a pagar juros. Os juros que ela paga representam formalmente uma subtração da renda da família. Da mesma maneira que, quando uma empresa se endivida, fa-lo para financiar a sua produção corrente ou para financiar a sua ampliação — do ponto de vista de empresa —, porém, acha que vai aumentar os seus lucros, tanto porque sabe que os juros que vai pagar serão pagos em última instância com uma redução dos seus lucros. Então, uma empresa que se endivida e não utiliza de maneira a ampliar os seus lucros à dívida está condenada a quê? À insolvência, não é? Da mesma maneira em que uma família que se endivida e a sua renda diminui, ou membros da família perdem o emprego, fica insolvente. No caso do setor público não há insolvência por definição. Por quê? Porque o Poder Público tem o poder de tributar. Porém, a tributação para cobrir serviços de dívida é uma redução da renda disponível das pessoas que pagam os impostos. Claro que os senhores poderão me dizer: “Mas é uma ampliação da renda de quem os recebe!” Claro! Formalmente, quando uma família paga juros, em última instância quem é o proprietário da sua dívida recebe aquela parcela da renda pessoal que diminuiu. Da mesma maneira que, quando uma empresa paga juros, fa-lo reduzindo os seus lucros. E esses ex-lucros caminham para se converter em rendimentos de um outro. Da mesma maneira quando o setor público paga juros. Os juros que ele paga também caminham para se converter em rendimentos de terceiros.

Então, as perguntas relevantes são as seguintes: Primeiro, por que se endividou? No caso da família é muito fácil. Geralmente é porque está comprando a casa própria, porque está comprando um eletrodoméstico, um automóvel ou então porque está querendo cobrir algum gasto extraordinário. É o famoso endividamento no cartão.



Quando uma empresa se endivida geralmente é porque ela está ou ampliando as suas atividades ou está melhorando a sua conta passiva. Ou seja, já está mais endividada com outros e está reduzindo o seu custo com a nova dívida.

E o setor público, quando se endivida, é por mil razões, não é? Todos nós esperamos seja o quê? Por boas razões, mas muitas vezes vai ao inferno por esse caminho. Quer dizer, não há nenhuma garantia, *a priori*, de que o endividamento público se dê por boas razões.

Na verdade, os Srs. Parlamentares comandam o processo orçamentário, mas aprovam um Orçamento que é apenas a autorização para gastar. Se o Governo gastar bem, tudo bem. Se gastar mal e se emitir dinheiro para cobrir gastos feitos de maneira equivocada a dívida cresce por razões não boas. Está claro?

Não quero discutir aqui a moralidade ou não desse processo. Estou dizendo aos senhores é que esse é um processo inerente a toda e qualquer economia. É uma espécie de lubrificação que é necessária. Mas muito lubrificante pode produzir a morte da máquina.

Bem, deixa eu falar agora um pouco aos senhores da dívida pública brasileira. Vou tentar olhar essa dívida por 2 ângulos diferentes. O primeiro é na perspectiva do Governo: o setor público que gasta e se endivida. Veja bem, toda e qualquer dívida corresponde um compromisso de pagar juros. Se os juros são pagos a partir de um crescimento da base tributária, e se o endividamento gera um crescimento da base tributária, independente de modificações do quadro legal, o endividamento pode ser um mecanismo extremamente adequado de financiamento de gasto público. Por quê? Porque você se endivida — você, setor público —, mas você amplia a base de produção de economia, e, por conseguinte, você, num momento subsequente, vai ter o quê? Uma base fiscal maior, uma arrecadação maior, que, espera-se, cubram os juros. Se os juros devidos superam o aumento da arrecadação, mantidas constantes as demais condições, a dívida vai crescer. E vai crescer, em última instância, para cobrir os juros que estão sendo pagos.

Quando o mecanismo é de crescimento da dívida por expansão dos juros, o crescimento da dívida tem uma característica absolutamente inquietante: é que ela não melhora o desempenho da economia como um todo. Eu vou aqui simular 2 situações limites, para os senhores pegarem o núcleo da questão: suponham que o



Brasil se endivide poderosamente para executar um enorme plano ferroviário, um enorme plano aquaviário e um enorme plano de conservação e melhoria da rede rodoviária, e rearticulação do sistema logístico brasileiro, pelo qual as linhas troncais do País sejam ferrovias e hidrovias e a modalidade rodoviária, seja apenas alimentadora e distribuidora dessas linhas-tronco. Se nós fizéssemos isso, o impacto sobre a economia brasileira seria absolutamente espetacular. Esclareço: a logística brasileira é o nosso calcanhar-de-aquiles.

O Brasil tem uma das piores logísticas das grandes economias do mundo. Talvez seja a pior, porque nós temos uma estrutura que gasta em logística quase que 13% do PIB. Para os senhores terem uma ideia, os Estados Unidos, que não têm uma logística muito boa — diversos países europeus são melhores — gastam 8,9% do seu PIB. Significa dizer o seguinte: tudo o que o brasileiro consome tem embutido um sistema de baixa eficácia, que é o sistema de transporte brasileiro. Transporte de mercadorias. Por quê? Porque é predominantemente rodoviário. O custo do transporte rodoviário é 3 a 4 vezes maior do que o ferroviário. E o ferroviário é quase sempre maior que o transporte hidroviário. O Brasil não tem praticamente nenhuma expressiva contribuição aquaviária, apesar de termos 7.500 quilômetros de costa navegável e pelo menos 3 bacias fluviais navegáveis. É desprezível a contribuição que a aquavia dá ao transporte de mercadorias no Brasil. É o transporte mais eficaz de todos, de custo mais baixo. E temos 7 regiões metropolitanas brasileiras na linha dos 7.500 quilômetros de costa, e 1 na Bacia do Amazonas. Nós temos uma logística absolutamente trágica. Somos um dos poucos países do mundo que têm rodovia funcionando na linha da costa, ligando o Sul ao Norte do Brasil. É um absurdo isso!

O que eu queria dizer aos senhores é o seguinte: suponhamos que em 5 anos o Brasil, pelo seu Poder Executivo, pelo seu Poder Legislativo, aprovasse um plano, com aplausos da população, de reformar o sistema logístico brasileiro, para daqui a 5 anos chegar ao padrão norte-americano. Eu gostaria que esse programa também tivesse uma forte preocupação com as populações metropolitanas no Brasil, que vivem um drama diário, que é o deslocamento residência/trabalho/residência. O último dado que eu conheço para a minha cidade, Rio de Janeiro, dá 2h10min como valor médio. Eu suspeito que já é maior. Quando você tem um valor médio de mais



de 2 horas de deslocamento, a vida do usuário do sistema se esvai no transporte coletivo: não tem tempo de família, não tem tempo de lazer, não tem tempo de cultivar as amizades. A vida é um horror!

Eu considero absolutamente racional aquele que vai morar numa favela em más condições habitacionais, mas muito próximo do lugar do trabalho. A qualidade de vida melhora, apesar de a qualidade habitacional ser muito deteriorada. Entretanto, meus senhores, não se investe quase nada em transporte sobre trilhos. Referi-me à modalidade adequada para o deslocamento. Aliás, eu quero dizer aos senhores que eu li, ultimamente, uma coisa que me irritou muito chamada trem-bala, que, confessadamente, custaria 11,3 bilhões de dólares. Na prática, quem conhece o orçamento preliminar, sabe que ele iria custar uns 20 milhões de dólares, e que a única função seria uma alternativa por viagem de avião, que não transporta mercadorias.

Então, a Via Dutra iria continuar congestionada. Mas o pior não é isso: é que como não resolve o problema de congestionamento urbano nem em São Paulo nem no Rio, quem fosse de São Paulo para o Rio, e do Rio para São Paulo, continuaria enfrentando os congestionamentos em trânsitos. E aí, se nós fizermos uma Olimpíada com essa estrutura de transporte coletivo, vamos produzir o maior congestionamento urbano do Planeta, não a melhor Olimpíada do planeta. Eu estou dizendo isso porque não consigo compreender por que se lança a ideia do trem-bala, que é um disparate sem prioridade nenhuma. Eu prefiro o Prefeito do interior que gasta dinheiro do Fundo de Participação dos Municípios para iluminar a fonte da praça pública ao Governo querer trem-bala para dizer que é moderno. Isso é uma bobagem! Agora, se em vez disso se triplicasse o investimento em metrô em São Paulo, onde estão sendo construídos dois vírgula e poucos quilômetros — estão custando 2,7 bilhões de dólares —, se fizessem nas ferrovias urbanas do Rio de Janeiro metrôs de superfície, nós melhoraríamos brutalmente a qualidade de vida das pessoas.

Mas eu não vou falar da qualidade de vida; eu vou falar do preço das mercadorias. Se nós tivermos um sistema de transporte de mercadorias que seja equivalente ao norte-americano, que não é o melhor do mundo, nós faríamos uma elevação espantosa do poder de compra da nossa população. Quando a nossa



população compra 1 quilo de feijão, ela compra 1 quilo de feijão e mais todo o frete que se colocou sobre a remuneração do produtor, até chegar à mesa do consumidor. Como 80% da população brasileira são urbanas e 50% são metropolitanas, o choque de aumento de poder de compra que nós obteríamos pela melhoria do sistema de transporte seria espetacular. Ponto. Nesse caso, eu estaria fazendo passeata para aumentar a dívida pública. Agora, eu quero fazer passeata — aliás, não faço passeata, mas protesto quando posso — contra o fato de o Brasil ter um sistema de câmbio flutuante, com taxa de juros hiperelevada. Essa é a pior combinação do Planeta. Taxa de câmbio flutuante significa o seguinte: capitais de curto prazo do mundo inteiro podem vir para o País se a taxa de juros do País é atrrente. É o que está acontecendo agora: compram papéis financeiros do País para se beneficiar do juro elevado que o País paga. Mas os dólares que eles vendem, ou as divisas que eles vendem, vão ser comprados com emissão de reais.

Para não haver uma enorme expansão da base monetária, o que o nosso Banco Central faz: emite títulos do Tesouro, letras financeiras do Tesouro, e enxuga o excesso de liquidez. Então, o resultado final é o seguinte: cresce o ativo — recurso internacional brasileiro — e cresce a dívida pública brasileira. Como nós pagamos juro real muito elevado e a remuneração da nossa dívida é pela taxa de juros internacional, que está caindo, há um subsídio colossal que nós estamos pagando, sob a forma de diferencial de juros, para beneficiar o aplicador do exterior. E para completar, nós adotamos uma política de isenção de Imposto de Renda do aplicador estrangeiro. Eu creio que, parece que ontem, o Ministro Mantega disse que vai finalmente mexer nisso. Já deveria ter mexido, oh...!

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Acredito que botou IOF só para Imposto de Renda, que pertence ao Estado.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Isso aí... Só um minuto, eu quero dizer o seguinte: eu acho que esse aspecto que o senhor levantou é relevante; porém é há um detalhe. Porque o grande problema não é esse. É que nós aplicamos em título do tesouro norte-americano. Oitenta por cento das nossas reservas são em título do Tesouro norte-americano, tornando o juro negativo. E pagamos 8,5%, 8,75% de juros. Então, não há melhor negócio para o mundo, para o dólar que está andando pelo mundo, do que vir para o Brasil,



comprar títulos da dívida brasileira. Sabem por quê? O Brasil está com 300 milhões de dólares de reservas internacionais. Então, é País seguro.

Só que isso é uma armadilha dos diabos para nós. Deixe-me eu dizer aos senhores: em economia, não há bem absoluto nem mal absoluto. Vocês me perguntarão: é bom ter reservas internacionais? É ótimo. Ter reservas internacionais excessivas é péssimo, porque, para tê-las, você tem que ter uma perda anual, principalmente se você tiver financiando essas dívidas com a rolagem da dívida pública interna.

Essa questão, acho que uma CPI tem de olhar com a maior seriedade, porque essa é a grande armadilha. Quem deveria estar aqui não é o Carlos Lessa, mas o Presidente do Banco Central — desculpem —, porque ele defende essa armadilha.

Vocês sabem que uma armadilha do mesmo tipo é classificada pela literatura como doença holandesa. Os senhores sabem o que é doença holandesa? A doença holandesa foi o seguinte: a Holanda, a exemplo de outros países europeus, descobriu recursos de petróleo no mar. No caso da Holanda, gás. A Holanda começou a exportar gás e teve uma enxurrada de cambiais derivadas da exportação de gás. Valorizou enormemente a sua moeda, na ocasião o florim. Valorizou de tal maneira que desapareceu a agricultura holandesa. E grande parte da indústria holandesa se deslocou para outros países. Quando as reservas de gás começaram a cair, encontraram uma Holanda devastada.

Não gosto de pensar nisso, mas imaginem o Brasil exportando petróleo da PETRO-SAL e comprando trem-balas. É uma coisa tipo Dubai fazendo aqueles hotéis dentro do mar.

Isso é perigosíssimo. É muito perigoso. Desculpem, mas eu quero dizer a vocês o seguinte: o dólar está se aproximando de 1,70 real. Se bater em 1,60... nunca tivemos um real tão valorizado. É ótimo para quem for fazer turismo. Quem gosta de salada francesa pré-preparada de alface pode comprar no supermercado. Aliás, tem no supermercado do Rio. Em Brasília deve ter também.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Inorgânica ainda. É verdade, Deputado.



Mas é o seguinte: às custa de quê? No limite, nenhum horticultor consegue produzir alface. Percebem? Você produz a paz no cemitério numa pseudoprosperidade. Pois bem. Isso chamou-se doença holandesa.

No Brasil, sem ter o fenômeno holandês, estamos indo a uma doença parecida. Estamos botando dólar para dentro, emitindo títulos de dívida. Os dólares vão para conta de reserva e nós perdemos dinheiro com as reservas.

Ao mesmo tempo, o que nós fazemos? Cada vez mais difícil para os nossos exportadores exportar; cada vez melhor para os nossos importadores importarem. Nós estamos regredindo, estamos caminhando para trás. Eu, como macroeconomista, fico horrorizado com a política econômica brasileira.

Eu disse uma vez — e fui demitido, quando Presidente do BNDES — que a política econômica nossa era um pesadelo. Eu continuo com o pesadelo, porque eu não consigo perceber sinais de uma maturidade reflexiva na política econômica brasileira.

A dívida pública é uma das dimensões desse problema. Desculpem-me por insistir um pouco nisso. Eu acho que uma Comissão Parlamentar de Inquérito tem toda a obrigação — eu não vou esmiuçar a questão em todos os seus ângulos —, porém jamais deve perder a sua referência para uma inserção global.

Eu aceitei — o Dr. Saulo é testemunha — vir aqui. Eu disse até que seria mais fácil vocês convidarem o Dércio, porque o Dércio está na UnB, para dar aos senhores todos os esclarecimentos técnicos necessários, diferenciando os títulos, diferenciando o valor das garantias, diferenciando os sistemas derivativos que se apoiam nos títulos de dívida pública brasileira, coisa que eu já deixei de lado; não acompanho isso de perto. Porém, como eu continuo sendo um brasileiro preocupado com o Brasil como um todo, eu disse ao Dr. Saulo que toda vez que o Congresso me convoca eu digo presente. Vou lá.

Estou aqui — creio que já gastei os meus 20 minutos — à disposição dos senhores para esclarecer alguma coisa que puder.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Muito obrigado ao nobre palestrante, Professor Carlos Lessa.

O nosso Relator, Deputado Pedro Novais, pede para falar posteriormente.



Passo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Luiz Carlos Hauly, que teve a brilhante iniciativa de apresentar o requerimento aprovado para o convite a V.Sa., Professor Carlos Lessa.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

Muito obrigado, Professor e amigo Carlos Lessa, de tantos anos de amizade, desde o velho MDB, o M. Quando iniciava a minha vida pública, em 1972, as cartilhas do Pedroso Horta que me orientavam, escritas pelo amigo, posso dizer assim, ao longo de tantos anos de admiração. Lembro até hoje: *"Enquanto os preços sobem pelos elevadores, os salários sobem pelas escadas."*

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA
- É. Posso dizer uma coisa, Deputado? Hoje, infelizmente, os juros fazem a mesma coisa.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Fazem, a perversidade é a mesma.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA
- É a mesma perversidade.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Eu estava aqui notando, só nesse último período de 6,7 anos, pagamos 1 trilhão de juros. Se você calcular o pagamento dos juros, sem dúvida alguma, nós pagamos o dobro dos juros que deveriam, evidentemente... Há várias variáveis nesse complexo do sistema econômico financeiro mundial. E seguramente poderíamos ter economizado aí 1 trilhão, que podia ter sido investido no Brasil. Enfim, a história não é feita com o que a gente está sonhando, mas com o mundo real.

Mas não perdemos a utopia de sonhar, de o Brasil crescer, prosperar, distribuir riqueza.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA
- A civilização brasileira se explicitar, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - É. Uma civilização solidária, fraterna. O exercício da fraternidade no País.

Então, nós vimos aqui a evolução da dívida brasileira, e, estarrecidos, porque todo ano o Governo gasta, em média, 10% a mais do que arrecada.



Ano passado, foram 3% do PIB. De uma arrecadação de 37, chegamos a gastar 40. Então, a dívida se paga, a dúvida se renova. Claro, não há como numa economia mista como a nossa, e as economias capitalistas que são mistas, uma parte estatal, uma parte de economia de mercado, e o Estado regulador desse processo alimenta uma taxa de juros elevada que, consequentemente, desce sobre toda a cadeia de taxa de juros, que vai até o crédito direto ao consumidor, lá embaixo, da família — como o professor estava explicando — do primeiro endividamento. O crédito direto ao consumidor de um eletrodoméstico nas Casas Bahia, quanto custa?

Sem dúvida alguma, eu, que estou reclamando do meu cheque especial, que era de 3%, 2,7%, e foi para 5,1. Na hora em que eu precisei dele fiquei um pouco mais endividado. Imagine que está dando 5 ao mês. O irmão meu, lá embaixo, o coitado do nosso brasileiro, está pagando pelo menos 4 ou 5 vezes mais do que a taxa de juros que eu pago, não é?

O SR.CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- O pior é que não sabe.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Então, uma coisa que é estarrecedora no dia de hoje... Ainda ontem, no meu discurso do Grande Expediente, eu colocava o dedo na ferida também, mais uma vez, com relação à diferença da taxa de juros das reservas cambiais — quase 300 bilhões de dólares, vis-à-vis a SELIC interna de 8,75%.

O juro americano, que é 80% da dívida, está 1 e pouco por cento. Não chega a 2%, não é?

O SR.CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Não chega a 2. É menos de 1 e meio.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Menos de 1 e meio por cento ao ano. Nós estamos falando de algo em torno de 7% de diferença real.

O SR.CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Real.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Eu não entendo. Eu não sei. Eu sou economista de... Claro, não sou de uma escola de Economia de São Paulo, Rio, mas, desde a minha tenra idade, quando fui Prefeito, Secretário da Fazenda no



Paraná, e ao longo desses anos, quis compreender bem a que propósito, a que se deve essa monumental reserva.

É diferente. A China tem 1 trilhão de reserva, mas ela regula a sua taxa de câmbio.

O SR.CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Era isso, Deputado, que eu queria chamar. Houve a desvalorização do real no mundo inteiro. O iene só se desvalorizou em relação ao dólar em 3%. Sabe qual foi a moeda que mais se valorizou em relação ao dólar? O real brasileiro.

Nós estamos mais próximos da enfermidade holandesa do que qualquer outro país do mundo. Hoje, hoje Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Eu quero também colocar — eu até, inconvenienteamente, falei aqui fora do microfone — a questão do IOF. Nós temos pregado, eu e o Deputado Mendes Thame, até temos um projeto para repor o Imposto de Renda do investidor, porque é uma tributação lógica: ganhou dinheiro no Brasil, paga. Não ganhou, não paga.

O SR.CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Não paga.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Essa tributação de 2, o que significa? Olha, otimisticamente, vai voltar tudo ao normal. Ou não. E se não voltar? Segundo, o IOF é o imposto eminentemente federal e atípico. No mundo inteiro não tem esse tipo de tributo. Nenhum país que eu conheço tem imposto de operação financeira.

O imposto adequado é o Imposto de Renda, porque esse é o imposto que têm todos os países desenvolvidos que aplicam. E o Imposto de Renda, no Brasil, tem 2 sócios. Não são majoritários. O Governo tem 53% do Imposto de Renda, mas os Estados e Municípios têm 47%. Na medida em que ele vai arrecadar IOF, ele não vai repassar a Estados e Municípios. Então, essa receita diminuída desde essa concessão, agora o Governo vai ter tributo e não vai repartir. Então, essa é uma ponderação de natureza federalista, em vocação do federalismo que nós temos.

A questão da taxa de juros. O mercado está pressionando por isso e por aquilo. Então, há uma pressão. Estamos sentindo que querem aumentar a taxa de juros. No momento que o Brasil passou a crise, com o sacrifício, sangue, suor e



lágrima, porque nós pagamos elevadas taxas de juros. Já pagamos o que tinha que pagar. O Banco Central não tem que ficar preocupado com essa questão — e o Governo — de aumentar a taxa de juros.

Então, eu acho que a vinda do senhor aqui é uma preventiva. É como o título do Barak Obama, não porque ele fez, mas para o futuro, o que ele poderá fazer, acabar com a guerra no mundo, não é?

Um dos pontos que eu considero da vinda de V.Sa. aqui hoje é que, preventivamente, não há a menor necessidade da elevação da taxa de juros. Eu estou há 19 anos aqui no Congresso Nacional. Não há o que pagar, nem 0,1 a mais por cento do que está pagando. Ao contrário, nós queremos que a taxa de juros SELIC no Brasil caminhe para a média dos 10, 12 países mais desenvolvidos do mundo, que é o que nós somos, a nona ou a décima economia do mundo.

Então, nós já temos crédito, credibilidade, passamos pela crise, sacrificamo-nos e honramos compromissos.

O SR.CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Grau de investimento elevado.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Ainda mais com os analistas que foram todos desmoralizados com os acontecimentos nos Estados Unidos.

Eu sempre, desde o primeiro dia do Governo Lula, eu, como Oposição, vinham esses rapazes novos, presumidamente brilhantes, dessas agências de risco consultar alguém da Oposição. “*Não, o Lula vai bem, a economia está boa, o Brasil está positivo*” — para positivar a economia brasileira, o que realmente é a verdade. É a verdade.

Então, em uma das viagens lá fora, quando fomos às Bolsas de Nova York e de Chicago, um grupo de vários Parlamentares de vários partidos: “*Mas Hauly, você defende?*” Eu falei: “*Claro, a nossa economia tem que ser defendida externamente.*” Esse é o nosso papel, da diplomacia parlamentar, quando nós falamos do Brasil, recebemos Parlamentares, empresários estrangeiros ou outros.

A questão do trem-bala me preocupa também. Especialistas todos dizem das dificuldades de exequibilidade desse trem-bala, dos prazos, do custo. E uma pessoa fez uma ponderação: “*Se você comprar 30 aviões grandes para fazer a ponte aérea,*



a 50 milhões cada avião, você vai gastar 1 bilhão e meio". Faria um transporte de massa, supriria toda a necessidade do transporte.

Vai construir um trem-bala, uma ferrovia, é um endividamento futuro. Esse pode ser um mico como o da Ponte Rio-Niterói.

Então, que o Presidente Lula fique alerta com os puxa-sacos de ufanismo. Já temos a Copa do Mundo, já temos as Olimpíadas, está bom demais. Vamos cuidar da casa. Está bom demais a imagem. O Ibope está muito bom, mas vamos parar com essa megalomania desses puxa-sacos que ficam por aí. Ou outras coisas também. Sabe Deus!

A questão do BNDES. Esses empréstimos do BNDES para outros países, isso vai acabar impactando se esse povo não nos pagar? Eu ouvi agora: "Não, essa dívida... não paga, a empresa... Baniu a empresa, a dívida... não quer pagar". Eu fico um pouco...

O SR.CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Teve o Equador, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - É.

O SR.CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Mas no caso do Equador, houve um erro de engenharia terrível da empresa brasileira. Isso, infelizmente, é verdade.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - E essa dívida? O senhor acha que ela vai... Esses empréstimos podem ser um potencial de problemas?

O SR.CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Podem. Sempre são. Mas eu vou contar... Não sei se eu posso falar com o senhor. Posso?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Por favor.

O SR.CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Eu não sei da regra. Posso?

Eu ia dizer o seguinte: como presidente do BNDES...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - O prazo do Deputado Hauly já está esgotado.

O SR.CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Posso ou não posso?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Pode. O senhor tem a palavra.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Eu queria dizer o seguinte: eu fiquei... Sabe Deputado, como presidente do BNDES, tinha um aspecto do BNDES que me botava muito angustiado e eu não podia resolver, que era o seguinte: o Brasil conseguiu uma vitória tecnológica com a nossa EMBRAER e com os aviões de médio tamanho brasileiro, que foram vendidos abundantemente para empresas aéreas do mundo inteiro, e principalmente empresas aéreas regionais americanas. Só que o problema é o financiamento; é por 18, 19 anos, e a garantia é o próprio avião. Então, eu sempre imaginava que, se houvesse um colapso do sistema aéreo regional americano, o BNDES ia virar o maior dono de aviões do planeta, mas sem nenhuma possibilidade de revenda. Percebem?

Quero dizer o seguinte: continua sendo esse um grande problema. De todos os riscos do BNDES, o maior risco é com as aplicações com os aviões.

E é uma coisa que geralmente nenhum presidente do BNDES gosta de falar. Eu, como ex-presidente estou falando, nem sei por quê. Mas o que eu quero dizer é que a indústria aeronáutica tinha de ser muito observada pelos Parlamentares no sentido de que ela integrasse as suas operações encomendando peças e aeropeças no interior do País. Porque o que acontece, o que ela faz é o seguinte: ela exporta avião, mas todo avião praticamente vem importado. Então, na verdade, estamos indiretamente bancando esses produtores mundiais e aeropeças. Compreendem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Sem garantias.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Não, tem uma garantia aparentemente ótima, que é o avião. Porque é assim: no meu contrato com o banco, eu recebo o avião em pagamento zero quilômetro, e o fabricante é obrigado a colocá-lo na primeira venda daquele tipo de avião. Então, aparentemente não tem problema para 1 avião, mas se eu receber 100 aviões, dancei. Então, como eu tenho 400... Eu tinha, como presidente, quatrocentos e tantos aviões. Eu acho que o Luciano Coutinho deve ter hoje uns 600 ou mais. Isso, sim, é um... como se chama?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Espada.

**O SR.CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- É, uma espada.

Agora, financiar empreiteira brasileira para fazer obra na Venezuela, no Equador, em Angola e tal, não necessariamente é um negócio de alto risco, porque geralmente está associado à ideia de que a empreiteira vai comprar equipamentos no Brasil, vai comprar materiais no Brasil, além de coisas locais. Mas são operações de risco bem menor e muito menores do que os aviões.

Desculpe falar dos aviões.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Não, acho ótimo também.

O SR.CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- É que V.Exa. mexeu com um antigo medo meu. Eu continuo com essa preocupação, viu?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - E a preocupação deve ser nossa também. Tem toda razão.

Para concluir, só mais 1 minuto, Sr. Presidente, com a sua tolerância. Vendo o estoque cambial lá fora, 230, 250 bilhões, mais ou menos uns 300 bilhões de reais hoje, uns 300 bilhões, com essa diferença de taxa de juros, só isso dá 21,22 bilhões de diferença por ano de reais, 50% da capacidade de investimento, se é que o Governo vai investir 50 bilhões, não é, Pedro Novais, o senhor que é do Orçamento? Os 2 são do Orçamento. Quanto que vai ser o investimento do Governo neste ano? Chega a 50?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Creio que não.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Não? Então, vejam onde é que está o gargalo, onde está o ponto que nós acabamos discutindo aqui dessa diferença da super-reserva, que não é do pré-sal, mas é uma super-reserva de moeda americana aplicada na pátria, no país do *rating*, dos homens...

O SR.CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Deputado, eu gostaria de passar 2 informações adicionais.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Pois não. A minha parte, eu encerrei.

O SR.CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- A primeira informação está na linha do que o senhor falou, ou seja, nós estamos



gastando uma quantidade enorme de recursos, imensa de recursos. Para os senhores terem uma ideia do tamanho disso, a manutenção em boas condições de toda a rede rodoviária brasileira custaria 5 bilhões de reais. A submanutenção dessa rede produz fretes reais mais altos, porque encurta a esperança de vida do caminhão, eleva o frete. Cinco bilhões. Só nessa diferença de juros, nós estamos perdendo vinte e poucos bilhões. É impressionante a magnitude.

E a outra coisa que eu queria falar é o seguinte. Uma das coisas que o Parlamento podia se perguntar é a seguinte: por que o Brasil não usa um pedaço dessa reserva internacional para comprar ativos brasileiros que foram vendidos muito baratos para o exterior e têm um potencial enorme?

O primeiro item que eu compraria, sabe qual é? Ouro em pó, ações da PETROBRAS na Bolsa de Valores de Nova York. Quarenta por cento da PETROBRAS foram vendidos para o exterior. Grande parte das ações preferenciais da Companhia Vale do Rio Doce também está no exterior.

E eu acho que, se nós apostamos no Brasil, é muito melhor ter em carteira ações da Vale do Rio Doce e ações da PETROBRAS do que títulos do Tesouro norte-americano. Para o Brasil seria muito melhor. Percebem?

Eu, Ministro da Fazenda, usaria esse fundo soberano nessa direção, viu?

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Por isso que eu entendi que é "o cara". O Obama chamou "o cara", não é?

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA
- Porque é muito bonzinho. (*Risos.*)

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria só fazer uma sugestão, porque nós temos uma agenda. Se os Deputados pudessem fazer a sua colocação rapidamente depois o expositor responderia ao conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Nós vamos entrar nessa fase agora.

O Deputado Hauly era o autor do requerimento, então, ele teve prioridade. Mas, a partir de agora, atenderemos à lista dos inscritos.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Ou responderia, ao final, todas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Dando sequência à ordem de inscrição, passo a palavra ao Deputado Paulo Rubem.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Relator, Prof. Carlos Lessa, Srs. Deputados.

Primeiramente eu queria parabenizar o Prof. Carlos Lessa. Eu sou de Pernambuco, da terra da nossa querida Tânia Bacelar, e talvez V.Sa. não imagine a importância do depoimento que traz hoje, mesmo com a humilde ressalva do início de vossa fala de que não está atentamente tão mergulhado nos aspectos mais recentes da dívida pública.

Mas V.Sa. traz para esta CPI alguns aspectos que já haviam sido preliminarmente tratados por diversos Deputados — eu fui um desses Deputados — que, desde o início, têm insistido numa avaliação da gênese da dívida pública; da clareza quanto à natureza do endividamento; da relação da dívida pública com o investimento; da relação da dívida pública com o próprio crescimento e refinanciamento da dívida; e da relação da dívida pública com o conjunto de políticas macroeconômicas.

V.Sa. destacou em parte os aspectos cambiais, a política monetária, e parece que nós estamos aos poucos tirando esse conceito de dogma, que, me parece, cobre a questão da dívida pública como se este fosse o único caminho, como se fosse assim em todo o mundo, e quaisquer outras observações fossem irresponsáveis, quisessem jogar o País na rota da incredibilidade internacional, afugentando os investimentos externos. Isso nós temos ouvido sucessivas vezes, desde a Legislatura passada, na Comissão de Orçamento, nas audiências regulares com o Banco Central e o Ministério da Fazenda.

Então, quero aqui parabenizá-lo por essa preocupação didática — eu, que sou professor da Universidade Federal de Pernambuco, da área de educação, tenho como princípio considerar que tudo que começa didático tem chance de ser muito mais eficiente e tem chance de ir mais longe — quando V.Sa. caracteriza o endividamento, e aí remove de uma vez por todas a tentativa de setores conservadores que querem intervir na CPI no sentido de que não se discute o endividamento, que esse quadro é o quadro ideal, é o quadro eficaz, é o quadro que nos faz detentores de mais e mais classificações das agências de classificação. Se



dependesse do volume de graus de investimento que o Brasil recebe, este aqui seria o maior país do mundo. E quando V.Sa. trata do endividamento como um mecanismo de transferência de renda, de riqueza e de receita, transferência da sociedade, que é vítima de uma carga tributária injusta — a primeira injustiça social é a injustiça fiscal brasileira —, e que depois, ao transferir essa receita pública, transfere para o pior tipo de gasto público, o que muito bem tem sido caracterizado pelo Prof. Márcio Pochmann, por seu colega João Sicsú e por outros que caracterizam o gasto hoje com a dívida pública, que deixou de ser uma dívida para financiar infraestrutura, para financiar inclusão social, para financiar modernização do parque produtivo para ser uma dívida para financiar acumulação.

Então, esses são os aspectos que nós queremos investigar nesta CPI. Não só a dívida que aí está, os contratos que foram feitos, os juros flutuantes, abdicarmos do foro nacional para resolução de conflitos, mas acima de tudo apontar para o futuro, para o desmonte dessa engrenagem, que é uma engrenagem absolutamente inócua para um país que precisa alavancar o investimento, democratizar o crédito, financiar as políticas sociais, combater a desigualdade regional. E aí V.Sa. caminha para uma área que é muito importante para nós, que é a tentativa de desvendar essas microengrenagens que ocorrem cotidianamente entre a política monetária, a política cambial, a taxa de juro, a intervenção no câmbio, o refinanciamento da dívida no Orçamento federal, que são tratados como se fossem verdadeiros dogmas.

O Brasil tem feito uma publicidade intensa de uma ação do Tesouro Nacional chamada Tesouro *Online*, que oferece aos cidadãos comuns a aplicação dos seus excedentes de renda familiar, da micro e pequena empresa em títulos do Tesouro. Eu estou aguardando aqui a vinda do Secretário do Tesouro, porque eu vou ver se ele me explica se o Tesouro tem fonte própria de receita. Porque num país em que se retira da sociedade a carga tributária que é retirada, antes de devolver para a sociedade com pleno emprego, infra-estrutura e política social, você vai pagar a acumulação da renda de quem tem renda em excesso me parece... E eu já fiz essa pergunta ao Dr. Henrique Meirelles, do Banco Central. Não há lugar nenhum do mundo nem teoria acadêmica, nem nota técnica das agências multilaterais que



justifiquem o Tesouro tirar da sociedade e não devolver com infraestrutura, pleno emprego e política social. Primeiro, remunera a acumulação financeira.

Então, V.Sa. começou a abrir as portas, já que falou no início da lubrificação das engrenagens, começou a nos permitir o uso de ferramentas lubrificadas para nós desmontarmos essa engrenagem, em que 6 cidadãos decidem uma taxa de juro em função de um regime de meta de inflação, que, anos após a adoção... Vai completar 10 anos. Eu não sei se a gente aqui compra um bolo para comemorar ou se compra um caixão para enterrar a lógica monetarista do regime de metas de inflação. João Sicsú muito bem escreveu, em *Emprego, juros e câmbio*, que diversos outros países do mundo venceram a espiral inflacionária sem recorrer à política monetarista ortodoxa. E é isso que nós precisamos desmontar.

Quando eu leio, como li nesses dias, que já há rumores de que o mercado pressiona para uma elevação da taxa básica, eu não sei se a gente convoca os representantes do mercado para virem aqui, ou se manda logo para o fundo penitenciário. Porque decidir, ao arrepiado das decisões acadêmicas, das pesquisas, da análise internacional, em prol da causa própria... Na verdade é isso que acontece, porque, com raras exceções, todos os integrantes desse Conselho de Política Monetária, muitos que passaram pelo Banco Central, tempos depois estão nas grandes operadoras do mercado financeiro, alguns, inclusive, com sede de empresas em paraísos fiscais, como lá em Delaware, um Estado norte-americano que é um grande paraíso fiscal dentro do território norte-americano.

Eu queria concluir apenas dizendo que me dei o prazer, professor, ontem, de reiniciar a leitura do curso Economia do Desenvolvimento, que o Prof. Celso Furtado ministrou em 75, quando voltou do exílio. E é impressionante — é impressionante! — a atualidade do que nos dizia Celso Furtado em relação a este momento. O documento que ele apresentou em 75 na Universidade de Teerã, numa conferência conjunta com a ONU, já advertindo para o surgimento da chamada globalização financeira, da financeirização da economia, o sufocamento da capacidade de decisão das economias nacionais, isso nunca foi tão claro, e 34 anos depois do que escreveu Celso Furtado!

Então, é muito importante a fala de V.Sa. aqui. Eu quero, inclusive, propor à CPI que, como de praxe acontece, nós façamos um esforço para disponibilizar a fala



do Prof. Lessa para os outros Deputados da CPI que não estão aqui, para os Deputados da Comissão de Orçamento, para os Líderes de bancadas, porque nós estamos desmontando esses dogmas. Como V.Sa. disse, dívida por si só não é problema. Agora, o caráter e o perfil que foi sendo construído com a dívida pública brasileira, pelo menos na última década, é absolutamente antinacional, absolutamente antidesenvolvimento. E o Brasil não pode, como denuncia Luis Nassif, em *Os Cabeças de Planilha*, ficar agora, como dizemos nós no meu Estado, na linguagem popular, fazendo papel de "menino buchudo". Todo o mundo que chega lá de fora dá pitaco aqui dentro, e a gente bate palma. Eu duvido — eu duvido — que algum dia uma equipe da Fundação Getúlio Vargas, da USP, da UNICAMP chegaria a Nova Iorque, convocaria uma coletiva e diria quais seriam os rumos que a política macroeconômica americana deveria tomar. Em menos de um minuto, o Departamento de Estado pediria os passaportes e os mandaria de volta para o Brasil.

Mas aqui no Brasil, qualquer funcionário de terceiro escalão de uma agência de classificação de risco tem mais espaço na mídia para debater economia e política macroeconômica do que um Deputado Federal, do que um Senador da República, do que um presidente de uma instituição de pesquisa, de uma instituição acadêmica. Nós continuamos tendo espírito de colonizados. Todos chegam aqui para dizer o que nós temos que fazer. E nós, que não podemos nos isolar do mundo, temos que ouvi-los, mas temos que colocar em primeiro lugar o nosso projeto de desenvolvimento.

Com bem disse V.Sa. — e eu encerro, Sr. Presidente —, endividar-se é uma faculdade, não é uma obrigação. Pagar dívida pública é inerente a um projeto de desenvolvimento. A dívida... Várias vezes eu disse isto aqui: nós precisamos destrinchar esse estoque da dívida, o que é dívida contratual do Governo Federal com bancos privados, com agências multilaterais; o que é dívida oriunda do refinanciamento da dívida dos Estados e municípios; o que é dívida oriunda da emissão de títulos públicos. Vamos abrir essa caixa-preta do Tesouro Nacional. Por que se emite título público sem qualquer controle, sequer da Constituição? Eu falei disso aqui 2 ou 3 sessões atrás. Não há na Constituição nada que regule o papel do Tesouro Nacional na economia brasileira. E o Tesouro Nacional emite, refinancia,



intervém etc. etc., tirando da sociedade os números que foram aqui citados pelo Deputado Hauly.

Eu quero, portanto, parabenizá-lo e dizer que V.Sa. hoje contribui em muito para que esta CPI afaste os dogmas da neutralidade da política macroeconômica, afaste o mito de que há um único caminho na ciência econômica, que não há. E possamos, de fato, prestar um serviço ao País, e não ficar aqui fazendo discurso de governo ou discurso meramente de oposição, como se estivéssemos aqui brincando com o palanque antecipado das eleições do ano que vem. Eu quero parabenizar V.Sa. pelo seu pronunciamento.

Muito obrigado, Prof. Lessa.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Obrigado, Deputado Paulo Rubem. V.Exa. respeitou bem os 10 minutos.

Eu passaria a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Ernandes Amorim, depois à Jô Moraes. Após isso eu pediria ao Prof. Carlos Lessa que respondesse a esses 3. Podemos deliberar sobre se faremos todas as intervenções, para uma só colocação do palestrante, ou se faremos por etapa.

Com a palavra o Deputado Ernandes Amorim.

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Sr. Presidente. Prof. Carlos Lessa, sua vinda aqui, estar escutando a sua aula aqui no setor de economia, para mim, que sou leigo e não entendo praticamente nada de economia... Vê-se um debate acirrado, uma cabeça contra a outra, um pensamento contra o outro, como se a economia não fosse uma ciência, e possivelmente quase que exata, porque os pensamentos se diferenciam.

No meu pequeno conhecimento, eu queria fazer uma pergunta simples. Muitos aí, intelectualmente, já fizeram essa pergunta. Mas o que nos deixa a perguntar, a querer saber... O Brasil hoje empresta dinheiro ao FMI. Aí tem uma cota no exterior que diz que é dinheiro que está lá como garantia que é o Brasil. Daqui a pouco aparece uma soma crescente de 1 trilhão e 300 bilhões, a dívida.

E esta Comissão, esta CPI foi criada — e eu não sei qual seria o aconselhamento seu —, e a impressão minha é que fosse ela buscar a origem



desse endividamento. O Brasil comprou o quê? Esse 1 bilhão e 300, 1 trilhão... É tanto dinheiro que a gente... Isso é dívida de quê?

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Um trilhão, Deputado!

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Trilhões, bilhões e tal. Isso é dívida de quê? De juros, de que fez essa negociação? Se essa negociação foi feita errada, ela tem condições ainda de ser levantada, de se discutir se paga ou não se paga? Porque a Bolívia e o Paraguai montaram nas costas dos brasileiros e impuseram aí... O Lula se rendeu ao aumento de petróleo, ao aumento de gás, à perda do patrimônio da PETROBRAS. E o Brasil vai reclamar alguma coisa? É só para entender o pensamento intelectual, ou até estar aprendendo alguma coisa. Por isso que, leigamente, eu faço essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Muito bem, Deputado Ernandes Amorim.

Com a palavra a Deputada Jô Moraes. Depois, o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Deputada Jô, permita-me só uma informação ao Prof. Lessa. Esta Comissão já aprovou, por um requerimento de nossa autoria, nós ouvirmos o Presidente do Banco Central e o Ministro Guido Mantega.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Sr. Presidente, Deputado Márcio Reinaldo, Prof. Carlos Lessa, eu sou também, por tradição, uma das admiradoras do seu pensamento em torno do projeto de desenvolvimento do País, da sua independência, como Deputada que sou do Partido Comunista do Brasil.

Eu acho que o senhor começou com algo que para mim é fundamental. Ter dívida pública não é crime. O problema é a serviço de que se faz esse endividamento. Digo isso porque eu estava recentemente na discussão do Colégio de Líderes discutindo a possibilidade de que houvesse liberação de crédito do BNDES para que Prefeituras e municípios que estão com obras de infraestrutura pudessem ter acesso a esses créditos. E a polêmica era: "Não, mais dívida, mais dívida". Eu disse: "Olha, endividamento que está a serviço da ampliação da infraestrutura do Minha Casa, Minha Vida não é um problema". É evidente que há o tipo de investimento e como se realiza esse tipo de investimento.



Há controvérsia em relação ao que o Juscelino Kubitschek fez na sua experiência. Mas controvérsia essa que, no resultante, o resultado final foi uma expansão da economia brasileira e da sua própria estrutura, da sua industrialização.

Então, eu acho que ter norte é um problema fundamental, porque o problema que nós temos — nós, não —, que eu tenho nesta CPI é o seu foco. Qual é o foco? Nós queremos fazer certo levantamento, à exaustão, do desperdício de recursos públicos aplicados — aplicados, não, porque isso não é aplicação —, destruídos nas mãos de... pagamento de juros, da expansão desse endividamento.

Qual é a questão central? Existem hoje certos credores internos e certos credores externos, nesse foco, nessa busca de enfrentar os problemas, o que vai resultar em proposta de medida.

Aqui eu quero saldar a decisão do Ministro Guido Mantega, de ter taxado 2% no IOF. E que bom que ele taxou. Agora... Hoje eu estava num debate com ele, e ele disse: “*Olha, o mercado todo está em cima*”. “*Ah, meu Deus, vai inibir a vinda de recursos para cá*”. Que coisa, vai até favorecer meus exportadores do Estado de Minas Gerais, manter o mínimo de controle da taxa da câmbio, senão nós vamos para as cucuias. Espero que a decisão do Ministro Guido tenha o mesmo apoio de todos aqueles que querem reduzir esse endividamento e essa dependência externa que nós temos.

Mas o problema central é este: nós temos que alterar a taxa SELIC. Alterar não, nós temos que manter um mecanismo de pressão que impeça que o Banco Central seja tão autônomo e tão independente. Esta conversa fiada que existe aqui: “*Ah, a autonomia do Banco Central, a autonomia do Banco Central*”. O Banco Central é independente e autônomo do povo, do Governo e do País. E esse é que é o problema. Ele só deve obrigações ao mercado, ao sistema financeiro.

A minha preocupação era essa. Nesta CPI que tipo de foco, ou que aspectos centrais nós deveríamos ter? Tanto num diagnóstico mais efetivo de um endividamento nosso, quanto em relação ao externo, quanto em relação ao endividamento interno, que nos pudesse orientar para não estarmos assim sem foco e sem agilizar as nossas medidas. Sem dúvida nenhuma, todo o endividamento fruto da expansão das taxas de juros, este é absolutamente condenado. Mas, além disso, é estéril, é predador do processo econômico brasileiro.



Mas, além disso, que outras questões nós deveríamos ver, cumprimentando mais uma vez a atuação de V.Sa., que é um homem que fica na história do Brasil como defensor do seu País, da sua soberania.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Muito bem, Deputada Jô Moraes.

Passo a palavra ao Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sr. Relator, caríssimo Prof. Carlos Lessa. Eu queria primeiro cumprimentá-lo pela suas posições, pela sua luta antiga em defesa de um projeto de Nação para o nosso País.

Eu acho que projeto de Nação e dependência tem tudo a ver. Então, é uma das coisas que eu queria até que V.Sa. comentasse.

Como nós estamos fazendo uma CPI da dívida pública brasileira hoje, e essa CPI da dívida é, sem dúvida, digamos assim, uma investigação que deveria ir fundo... Porque nós não podemos transformar isso numa discussão só do orçamento, embora saibamos que só no ano passado 30,5% do orçamento foram para pagar juros e amortização, sem contar a rolagem da dívida.

Então, para mim, o mecanismo da dívida...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - E já chegou a 49%.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Com a rolagem, 49%. Então, nós temos aí, como disse o Presidente, a seguinte situação. Nós estamos há tempos falando em independência, mas na medida em que a gente fica com essa lógica, fruto da continuidade desses Governos, que é pagar religiosamente a dívida pública, nós aprofundamos a dependência. Inclusive, nós geramos uma plataforma de defesa econômica. V.Sa., que foi professor de tantos em economia, poderia nos comentar?

Por exemplo, criaram-se dogmas como esse do superávit primário. Eu não sei em que categoria econômica, onde é que ela foi inventada, acho que no Consenso de Washington, mas precisa fazer superávit primário. Para quê? Para pagar juros. Assim como o câmbio flutuante, que foi ventilado aqui agora. Assim como o problema da remessa de..., perdão, do controle de capitais. Não se pode controlar capital, porque isso quebra a confiança do mercado. E aí nós chegamos aqui ao



Congresso Nacional, adotamos uma política e, conformadamente, nós falamos o seguinte. Nós, para ganharmos confiabilidade do mercado internacional e que, conformadamente, falamos o seguinte: nós, para ganhar a confiabilidade do mercado internacional, temos que pagar essa quantidade de juros e amortizações. Não vamos investigar, não vamos fazer outras escolhas. E é disso que se trata. O que a CPI tem a propor para outra escolha? Isso foi feito, ao longo dos últimos tempos, como medida óbvia, dentro de uma lógica que uma economista de São Paulo, Leda Paulani, citou no livro *Brasil Delivery*. A sigla, em inglês, é TINA — *There is Not Alternative*. Quer dizer, não há alternativa. A alternativa é o neoliberalismo, é isso que está aí. Então, nós somos obrigados a pagar. O resto, nós vamos ver.

E se fala em reforma tributária. No período dos 2 últimos Governos, a carga tributária cresceu, nos 2, talvez cerca de 26 para 38%, mais ou menos. Essa é que é a verdade. Mas cresceu para quê? Para dar conta também. Então, não é...

Veja, não se tem carga tributária para desenvolver o País, não se tem carga tributária para distribuir renda, para estabelecer um plano de infraestrutura de desenvolvimento. A mesma coisa vale para o endividamento, que V.Sa. colocou tão bem.

Por isso, Prof. Lessa, eu queria, primeiro, colocar o seguinte: nós temos uma alternativa para a questão da definição da taxa de juros? Poderíamos ter outra? Porque essa é uma verdadeira caixa-preta. Meia dúzia de pessoas. Nós estamos tentando buscar inclusive os critérios que determinam a efetivação da taxa de juros no Brasil, e não conseguimos saber. Vem resposta de lá, que nós já enviamos, que não são satisfatórias. Como é que se define? Qual é a subjetividade ou a objetividade da definição da taxa de juros, que continua sendo, talvez ainda, ou próximo, a mais alta do mundo. A terceira hoje. Mas já foi a mais alta do mundo até pouco tempo. Talvez a Turquia, hoje, e não sei se a Rússia... maior que a gente, e assim por diante.

Então, essa é uma pergunta que queria fazer. Essa é a questão dos juros.

A outra é... Essa é a questão de uma plataforma. Por que nós não podemos... A Bolsa de Valores está escandalizada hoje, porque o Governo se sentiu "ulratensionado" com a supervalorização do real e a enxurrada de dólares que vêm



para especular no Brasil. Mas o mercado já ficou nervoso. Não sei até quando ele fica nervoso, porque é ridícula essa taxação de 2% do IOF. É muito mais para fazer marola e para dizer “*Olha, nós estamos atentos aqui*”, do que, rigorosamente, para... Porque precisa. Senão, o Brasil, daqui a pouco, não tem valor de exportador mais. Não tem condições de equilibrar a conta pública. São coisa que... A política econômica tem uma dinâmica.

Essa é uma questão que eu queria perguntar. A segunda, professor, era sobre a própria auditoria, a sua experiência sobre isso. Porque auditoria não é função de uma CPI. A função da CPI é tentar chegar a um consenso aqui de que nós temos que fazer uma auditoria da dívida, a dívida pública. Essa é a questão. E quem assume a auditoria é o Governo, porque é ele quem tem os mecanismos todos. Aqui não temos nem apetrechos para isso. Nós, para requisitarmos 2 ou 3 pessoas para nos auxiliar na análise dos documentos, é um sufoco. Isso é uma tomada de decisão soberana do País que nós devemos ter.

Em terceiro lugar, só para concluir, professor, queria colocar isto: eu tenho me batido muito — acho que V.Sa. já falou sobre isso e não pude estar no momento... Eu tenho visto coisas que são extremamente, me parece, ideológicas, do ponto de vista da luta política que se faz. Por exemplo, o problema das reservas internacionais e da constituição delas. É o seguinte: constituir-se um colchão de reservas e dizer que a dívida externa acabou... Mas um colchão de reservas que é comprado com títulos públicos, remunerado com a SELIC, enquanto os títulos públicos são remunerados com títulos do Tesouro americano. A quanto? Zero ou 1%? Não sei. Então, isso aqui é considerado estabilidade. Essa é a questão.

Por isso, queria que V.Sa. comentasse esse papel das reservas e da dívida externa ainda hoje.

Era isso o que queria dizer, agradecendo a sua presença aqui e a oportunidade.

Obrigado, professor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Obrigado, Deputado Ivan Valente.

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.



O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, quero cumprimentar o Prof. Carlos Lessa, ex-Presidente do banco BNDES, que expõe aqui a sua visão articulada da economia brasileira.

Professor, eu faria uma indagação. Nós temos um país que fez uma opção, atualmente. Ele optou por aumentar o mercado consumidor, o consumo das famílias; por aumentar o custeio da máquina pública na estruturação do Estado brasileiro — correta a opção; e também por fazer investimentos em infraestrutura, com o PAC. Com a nossa poupança interna — o Brasil tem pouca poupança interna, em tese —, alguns... Entram aí as visões liberais de que devemos captar poupança externa. E, para isso, essa poupança externa vem para o Brasil em investimento direto, ou vem para a Bolsa, ou para fundo de investimento, que é lastreado em título público.

A pergunta que eu faço: isso, obviamente, se alastrando em título público, você movimenta essa dívida. Isso gera dívida para o País. É possível crescer o País sem essa poupança externa — porque ela é uma das causas do nosso endividamento —, com a poupança interna? De forma, o que devemos fazer para aumentar a poupança interna, mantendo o consumo das famílias e crescendo, mantendo essa caminhada de reestruturar o Estado brasileiro, considerando o seu papel importante como instrumento indutor do desenvolvimento e mantendo os investimentos em infraestrutura? Qual seria a saída para a gente dar resposta a esse gargalo, sem a poupança externa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Obrigado, Deputado Valverde.

Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Pannunzio.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO - Sr. Presidente, prezado Dr. Carlos Lessa, Srs. Parlamentares, eu não pude assistir a toda a exposição feita até agora pelo Dr. Carlos Lessa, mas o pouco que vi já justificou, eu diria assim, a fama de V.Sa. É admirado pelo seu intelecto e, ao mesmo tempo, temido pela sua capacidade e coragem de verbalizar suas convicções. V.Sa. reúne bem essas 2 características.

Quero dizer que compartilho com a tese de V.Sa. a respeito da utilização das reservas: muito melhor do que colocar em título da dívida pública de governo estrangeiro é, evidentemente, recomprar ou comprar ações de empresas brasileiras



que hoje têm atuação no âmbito internacional. Acho que V.Sa. está corretíssimo nessa colocação.

Ainda, do que pude ouvir, fiquei apenas numa dúvida com relação aos financiamentos feitos pelo BNDES; financiamentos para infraestrutura em países estrangeiros. Chegou até nós, na Câmara dos Deputados, notícia de que havia uma garantia de Banco Central para Banco Central ou de governo a governo. Então, independentemente, vamos dizer assim, de o empreendimento em si trazer resultados, no caso, o BNDES e o Governo brasileiro estariam garantidos, por conta de um acordo bilateral, ou não sei se multilateral. Mas, de qualquer forma, um acordo que o Brasil celebrou com o país que recebeu esses financiamentos. Isso me parece bastante importante ser esclarecido.

Outro ponto. Se V.Exa. já discorreu sobre o mesmo, eu não pude ouvir, e peço perdão, mas eu tenho a curiosidade. Eu entendo, particularmente, que um dos pontos importantes, ao mesmo tempo que se conseguiu debelar o processo inflacionário histórico que a nossa geração conheceu ao longo das nossas vidas, foi o estabelecimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, a procura do equilíbrio fiscal.

No entanto, a Lei de Responsabilidade Fiscal é uma lei incompleta, porque ela é rígida, e eu entendo que deva continuar sendo rígida com Estados e Municípios. Mas ela não tem essa rigidez, aliás, nem sequer qualquer tipo de ameaça, com relação ao Governo Central, ao Governo da União. Este, a exemplo do que nós temos visto, vem aumentando seus gastos — gastos de custeio, não gastos de investimentos — muito mais do que vem aumentando a receita, ou mesmo em percentual maior até do que o crescimento do PIB nacional. A meu ver, isso traz, no médio e longo prazos, sérios riscos para a nossa economia.

Então, são esses 3 pontos sobre os quais eu queria me posicionar.

Agradeço a presença de V.Sa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Obrigado, Deputado Pannunzio.

Concedo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente, Dr. Carlos Lessa, é um prazer estar aqui ouvindo de viva voz um pouco de seu pensamento. Nós o



acompanhamos pela imprensa há muito tempo e concordamos com algumas das suas ideias; com outras, evidentemente, não.

Tal como o Deputado Pannunzio, concordo com o seu ponto de vista sobre a administração da nossa reserva externa, assim como também acho que temos vários pontos em nossa política macroeconômica que, em algum momento, tinham razão de ser, e hoje não mais.

Nesta Casa tive alguns embates com o Presidente do Banco Central e com o Ministro da Fazenda, ainda no ano passado, quando o dólar batia a taxa de 1,60. E os questionávamos porque essa tese acadêmica de que o dólar deve ser flutuante, para quem não tem um instrumento adequado para fazer frente a tal modelo, enfim, esse princípio é uma coisa totalmente antipatriótica, lesiva ao setor produtivo e que, de fato, está desmanchando o nosso parque industrial e nos retirando mercados de exportação conquistados a duras penas durante longos e longos anos.

Há poucos dias li matéria sobre isso, ou seja, que há índices muito grandes sobre setores de exportação de manufaturados que registraram quedas expressivas nos últimos 2 anos, algo expressivo como 20% ou 25% de redução física na exportação.

São setores altamente empregadores e que geram muita mão-de-obra.

Sou um liberal convicto e entendo que deve haver mecanismos de mercado, mas é função de Estado regular o mercado propriamente dito quando ele se excede. Essa é a função do Estado, por mais livre que tenha que ser o mercado, pois há momentos de exagero em que o Estado tem que intervir.

Mas isso não vem acontecendo.

Agora, sobre o nosso questionamento em relação à dívida pública, objeto desta CPI, penso que devemos, sim, fazer um levantamento da história dessa dívida. Vamos ter aqui um bom arrazoado, vamos ter números, mas eu manifestei desde o primeiro momento em que participei desta CPI que ela será teórica, será estatística, mas provavelmente não nos trará efeitos práticos.

E digo isso por algumas razões: primeiro, a nossa dívida externa está quitada. E aí, tal como não administramos adequadamente nossas reservas, não administramos adequadamente a nossa política de endividamento.



Ora, qualquer economista de araque poderia enxergar há muito tempo, antes da crise, algo como há 5 anos, que havia uma tendência, Pannunzio, de o dólar se enfraquecer. Como é que vou trocar essa dívida interna, pela qual pago uma taxa SELIC que hoje está a 8,75% — e por algumas circunstâncias chegou a 15% ou 18%, e começou no Governo Lula com mais de 20%...

E quando falo sobre isso na minha região, que é agrícola, comparo a situação do Brasil com a de um produtor rural que deixou de pegar um crédito agrícola subsidiado, pagou uma dívida do crédito rural e sacou o cheque especial para fazer financiar tudo isso. Foi o que fizemos.

Então, não administramos adequadamente a nossa dívida. Trocamos a nossa dívida — e sabíamos que haveria ganhos se a mantivéssemos no exterior, ou eventualmente até aumentando ela lá fora —, optando por quitá-la e aumentando o nosso endividamento interno que hoje custa muito e muito caro, aqui dito 30% do orçamento — embora a gente tenha que ser realista, pois a dívida líquida do País não é essa.

A dívida líquida do Estado brasileiro não está fora do normal, fora do contexto, representa hoje 50% do PIB. Eu repito o que já disse aqui: a dívida pública do Estado americano representa 97% do PIB, mas o nosso problema é a taxa de juros sobre essa dívida e o custo do seu alongamento, pois vence em menos de 3 anos. Esse é o perfil da nossa dívida. Essa é a situação. E não teremos outra alternativa a não ser baixar a taxa básica de juros. E como fazer isso? Gastando menos do que arrecadamos.

Precisamos equilibrar o nosso orçamento, principalmente nos gastos de custeio que, em um período não muito longo, quando o PIB cresceu 30%, aumentaram 80%. Então, isso faz com que os fundamentos da nossa economia não estejam ainda adequados, não tenhamos credibilidade e tenhamos obrigação de manter taxas de juros altas. E os juros vão subir em 2010, vão chegar a 10%, porque mesmo na crise, quando havia todas as condições para o Banco Central baixar os juros, ele não o fez por medida de precaução. Então, o Banco Central não é o culpado. O culpado dessa história toda é o Tesouro, que precisa administrar adequadamente isso.

Portanto, basicamente, essa dívida está em cima de gastos públicos.



Agora, o que deveríamos fazer na esteira desta investigação, Deputado Ivan Valente, que foi um dos autores e lutou muito para a criação desta CPI — e é tão importante quanto levantarmos a história da dívida pública brasileira — é darmos indicativos de como vamos solucioná-la. Essa é a situação.

E nesse sentido pergunto ao professor: na sua opinião, que tratamento o senhor daria ao estoque da atual dívida pública brasileira? Se o senhor tivesse em mãos o gerenciamento do Estado, fosse o Presidente da República, Ministro da Fazenda ou do Planejamento, o que o senhor faria?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Ou do Banco Central...

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - O Banco Central não, pois ele não tem poder sobre isso. Ele é mero gerenciador. Ele é o efeito; a causa é o Estado, a administração pública central.

E faço aqui referência a algumas coisas com as quais não concordo que disse o nobre Deputado Paulo Rubem Santiago, pois algo que deveríamos fazer é criar mecanismos constitucionais para que o Tesouro não pudesse emitir títulos ao seu livre arbítrio. Deveria haver sempre uma liberação do Congresso, não ampla e genérica, mas específica.

De que adianta termos um orçamento, discutir custos, tentar o equilíbrio se damos ao Tesouro um cheque especial? Ou seja, se não fechar a conta, ele emite título público. E quem é que vai pagar isso? A dívida de hoje é a arrecadação de que precisamos amanhã. Portanto, como vamos baixar a carga tributária altíssima, beirando os 40%? E é isso mesmo, pois 37% de carga direta mais 3% de déficit somam 40%, que é a nossa efetiva carga tributária.

Então, Pannunzio, isso requer um planejamento muito mais amplo. O País precisa passar por um planejamento de longo prazo, com orçamento público, para decidirmos o que queremos. A carga não aumentou porque o Governo Fernando Henrique assim o quis, ou mesmo o Governo anterior, mas nós construímos uma Constituição que fez com que grande parte dos nossos gastos sociais aumentassem. Nós demos aposentadoria ao produtor rural, que não pagou previdência. Foi uma deliberação, a Nação assim o quis, e isso fez com que nós



tivéssemos mais e mais carga. Então, é preciso, realmente, um planejamento. Não tenho grandes perguntas a fazer, apenas contribuir com o debate. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Obrigado
Deputado Alfredo Kaefer.

Com a palavra o último inscrito, Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Eu queria parabenizar o Prof. Carlos Lessa pela brilhante exposição e fazer aqui uma constatação. A imprensa brasileira pauta-se muito pelos escândalos e amplia as coisas que acontecem. As CPIs que acontecem nesta Câmara são muito respaldadas pela imprensa.

Eu acho que a dívida brasileira é um escândalo, mas é um escândalo do qual a imprensa brasileira não quis saber. E esta CPI, com o maior interesse que têm alguns participantes, pelo requerimento do Deputado Ivan Valente, não despertou nem interesse na Casa nem na imprensa.

Hoje eu estava lendo uma reportagem na *Folha de S.Paulo*, do Fernando Rodrigues, que disse que a Vale do Rio Doce aplicou, só em propaganda, 174 milhões, o que é esquisito em mineradora, que tem grandes clientes, mais do que Omo, e não precisa disso. Será que essa imprensa brasileira, que o senhor acompanha há muito tempo, não está segurada para não vir mostrar à Nação esse escândalo da dívida brasileira?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Queremos ouvir o Fernando Henrique.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Eu acho que o Fernando Henrique Cardoso, não, mas alguns Ministros penso que poderiam vir, até para termos entendimento disso. Vejam bem: a que leva uma Comissão Parlamentar de Inquérito? Quando apura algumas irregularidades, encaminha-as para o Ministério Público; quando não, recomenda algumas... E sinto que estamos perdendo oportunidade de fazer um trabalho para mostrar algumas correções de rumo que deveríamos fazer.

Então, eu pergunto ao senhor, que vive no Rio de Janeiro, o berço da cultura, onde está toda a imprensa brasileira formando a opinião pública — inclusive uma opinião deturpada de que a violência tem de ser combatida porque as Olimpíadas estão aí. Eu acho que não. Ela devia ser combatida por nós, não por causa das Olimpíadas.



Eu não vejo esse despertar.

Chamo a atenção para outra coisa. De repente, o Presidente Lula quis fazer alguma pequena intervenção na Vale do Rio Doce. O que a imprensa defendeu a Vale do Rio Doce hoje justifica-se, porque são 174 milhões só de propaganda da Vale do Rio Doce.

A minha pergunta era essa: o que o senhor acha? Porque eu vejo que se nós não tivermos uma motivação não vamos produzir um bom resultado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Obrigado, Deputado Pedro Fernandes.

Passo a palavra ao nosso palestrante, Prof. Carlos Lessa, que disporá do tempo que for necessário para responder às colocações dos nobres colegas, ao mesmo tempo em que poderá, também, fazer outras considerações plausíveis ao tema.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Em primeiro lugar, quero dizer que estou muito motivado por todas as questões que os Srs. Parlamentares colocaram, que se desdobram por um espectro realmente muito extenso.

Eu quero só descartar essa questão da Vale, porque tenho uma espécie de ligação com isso. Quando fui Presidente do BNDES, tomei uma decisão: em 5 dias eu comprei por 500 milhões de dólares, para o BNDES, uma parcela de ações que pertenciam à INVESTPAR. A INVESTPAR era uma empresa criada pelos funcionários da Vale que foram beneficiados por venda financiada de ações da Vale que pertenciam ao BNDES. O BNDES tinha direito de recompra contratual com eles e, além disso, tinha preferência natural sendo sócio da VALEPAR, que era a empresa que controlava a Vale. E, para minha surpresa, eu gerei um escândalo no País com a compra, com o exercício de um direito de preferência. E eu exercei o direito de preferência para evitar que a Vale do Rio Doce passasse a ter em mãos de um banco japonês mais de 20% das suas ações que decidiam os destinos da empresa. Na verdade, eu fiz isso para manter a empresa sob controle brasileiro.

Mas uma das coisas que eu quero dizer aos senhores é o seguinte: a Vale do Rio Doce é uma empresa sob controle do Estado nacional brasileiro, porque entre as ações que pertencem à BNDESPAR, que é uma subsidiária do BNDES, e as ações



que pertencem aos fundos da PREVI — são 2 fundos — há mais de 50% das ações. Então, eu não consigo compreender por que o Governo Federal não exerce no âmbito do Conselho de Administração da Vale a fixação de suas orientações. Realmente, para mim é um mistério.

Na verdade, eu tive oportunidade de viver diversos entreveros com a Vale, mas não vou falar deles. Vou falar de uma convergência. Como vocês sabem, o Brasil tem muito minério de ferro e pouco carvão metalúrgico. Muito bem, nós não temos coque metalúrgico. Moçambique, um país lusofônico, não tem nenhum minério de ferro e tem muito carvão metalúrgico. E Moçambique, como os senhores sabem, é uma economia cheia de problemas. Eu fui, com a Vale do Rio Doce, ao Governo de Moçambique propor a seguinte operação: o Governo de Moçambique cederia as minas de carvão metalúrgico para a Vale e a Vale se comprometeria, com financiamento do BNDES, a fazer uma siderúrgica em Moçambique para que Moçambique pudesse ter o valor agregado do seu carvão. E forneceria carvão metalúrgico para o Brasil, que chegaria muito barato porque os navios brasileiros vão para o extremo oriente carregados de minério e voltam vazios. Então, era uma aliança muito interessante. Parece que só agora se materializou.

Porém, uma coisa me chama a atenção. Se eu estivesse no Conselho de Administração da Vale, eu forçaria para o Governo fazer um acordo bilateral com a China, porque o que a China faz em matéria de carvão metalúrgico é ótimo para os chineses e péssimo para o Brasil. A China simplesmente limita suas exportações de carvão metalúrgico a 2% da sua produção. Ela empurra para cima o preço do coque metalúrgico. Porém, como as suas empresas de mineração de carvão assinaram contratos a preço mais baixo com as suas usinas siderúrgicas de longo prazo, para as usinas siderúrgicas chinesas custa 400 e poucos dólares e para o Brasil está custando 700 e tantos dólares a tonelada metalúrgica. Ou seja, o aço chinês está expulsando o aço brasileiro da Argentina. E é o minério de ferro da Vale. Quer dizer, querem por a mão no nosso minério: vamos fazer o comércio bilateral com a China, que nos fornece coque metalúrgico, e nós fornecemos minério de ferro.

Eu não consigo compreender por que a Vale não faz isso, sendo uma empresa que responde, ou deveria responder, aos seus principais acionistas que, em última instância, são o Governo brasileiro, pelo BNDESPAR, e os aposentados



de um fundo gigantesco, que é um fundo semipúblico, digamos assim. Eu não consigo entender. Mas deixemos isso de lado, pois pertence ao território dos mistérios.

Agora, gastando 174 milhões de dólares em publicidade, o senhor sabe perfeitamente o que é isso. Eu, como Presidente do BNDES, não gastei um tostão em publicidade, tranquei, porque não havia sentido em o BNDES fazer propaganda, o banco do desenvolvimento. O que isso quer dizer? Qualquer grande empresário sabe que o BNDES é um banco de desenvolvimento. Valeria, sim, fazer no interior, nos pequeninos locais, que o pequeno empresário não conhece. Só que isso não interessa às companhias de publicidade porque dá um trabalho enorme administrar milhares de contas funcionais locais em pequenos... Então, há muitos mistérios a serem resolvidos por futuras comissões parlamentares. Mas esta é a CPI da dívida.

Quero agradecer ao conjunto de Parlamentares as questões que foram colocadas. Vou tentar, na medida do possível, visitar as diversas questões, começando com as do Deputado Paulo Rubem. Em primeiro lugar, Paulo, sou muito amigo da Tânia; em segundo, eu me considero cria de Celso Furtado, e conheço bem esse livro. E eu vejo que o senhor tem um formação de economista. Pode ser que não seja economista, mas certamente se debruçou muito sobre a questão.

Na verdade, eu agregaria muito poucas coisas às suas considerações. Acho que elas são basicamente corretas, e houve realmente um movimento de natureza ideológica, pelo qual se venderam ao mundo, como única alternativa, determinados procedimentos. Isso foi conhecido por nós como Consenso de Washington, que foi, de certa maneira, universalizado.

Entretanto, quero chamar a atenção de que a crise do ano passado corroeu as bases desse edifício, porque os países desenvolvidos passaram a praticar infrações muito graves ao Consenso de Washington. Na verdade, quase que ele foi jogado fora pelos Estados Unidos e pelos países europeus, que inclusive chegaram à heresia máxima, que foi estatizar seus bancos, muitos. No caso da Inglaterra, foi impressionante. A Inglaterra estatizou quase tudo. Em segundo lugar, eu já ouvi o FMI recomendando que os governos gastassem mais, o que é rigorosamente o inverso do discurso histórico do FMI, como ponta de lança do Consenso de Washington.



O que eu quero lhe dizer é o seguinte: há uma enorme janela ideológica no mundo. Na verdade, a corporação dos economistas está mais uma vez perplexa. O que eu quero dizer — e você sabe disso — é que os economistas de formação ortodoxa são todos eles cultores do que se chama análise econômica, Deputado. Então, tem economista de um tipo e de outro: tem economista que se preocupa com análise econômica; tem economista que se preocupa em entender os sistemas de produção e de repartição. Os primeiros fazem *tabula rasa* da história, enquanto os outros acham que cada sociedade cria o seu próprio sistema de produção e repartição e que é esse objeto histórico que tem de ser matéria de discussão.

Mas isso é sutileza acadêmica. Eu quero dizer que a ideia da ciência exata não existe. Existe um poderoso instrumento de reflexão sobre um homem e seu comportamento, mas, como todo instrumento de reflexão, tem variantes e variedades muito grandes. O primeiro conto é dizer que é ciência e que o correto é a receita única. Não há receita única. Na verdade, é possível encontrar na história exemplos do que deu certo e do que deu errado, para qualquer afirmativa.

Eu gosto muito de provocar os meus amigos pedindo que me expliquem a Suíça. A Suíça é um mistério terrível. Como que é um país que não conseguiu nem sequer unidade linguística, que é mediterrâneo, conseguiu atravessar a Idade Média, o Renascimento, a Revolução Industrial, primeira e segunda, e continua ponta do desenvolvimento mundial? Como é que a Suíça conseguiu isso? Ninguém consegue explicar. Aliás, eu gosto de brincar muito desafiando que me dêem um nome de um suíço relevante. As pessoas conseguem se lembrar da lenda do Guilherme Tell, as pessoas conseguem se lembrar de 1 ou 2 escultores e pintores. Mas me dêem um nome de um estadista suíço. A Suíça arrebenta todas as teorias de interpretação de história que eu conheço. Não há nem economista político nem cientista político que consigam decifrar para mim a Suíça. A Suíça para mim é o maior mistério para quem gosta de se debruçar sobre a história das sociedades.

Mas eu não quero botar para os senhores enigmas suíços, não, porque não é problema nosso. Aliás, agora, nessa crise, o maior banco suíço tremeu, o UBS, que é do ponto de vista histórico talvez o maior terremoto que aconteceu na Suíça em mais de mil anos. Deixa de lado.



Então, eu queria dizer ao senhor que não há uma única receita, e o problema não é bem esse. A pergunta relevante é a seguinte: determinada recomendação é uma recomendação que prioritariamente se baseia em que hipóteses? E, em segundo lugar, serve a que constelação de interesses? Então, deixa eu dizer uma coisa aqui que é extremamente importante.

Deputado, eu gosto do Constituinte de 88 quando estabeleceu a pensão vitalícia para o velho do campo em 65 anos, por uma razão muito simples: é que uma sociedade que não protege os idosos não contribuintes os condena à morte prematura. Então, ele não gosta da ideia do Brasil como um país de genocídio. Eu acho que a Constituição de 88 retirou essa característica do País. Nós temos um sistema de previdência social que cobre toda a população. Dirão vocês: “*Com muitas deficiências.*” É, mas é um dos maiores sistemas de previdência do mundo. Os Estados Unidos não têm isso. Oitenta e um por cento das aposentadorias nos Estados Unidos estavam ligadas a situações de resultado. Com a queda brutal que houve da riqueza norte-americana, do ponto de vista contábil, as ações passaram a valer muito menos — os imóveis e as casas 30%. Desapareceu o panorama de pensão e aposentadoria para a população norte-americana. A angústia que isso gerou é uma coisa brutal. No Brasil, pelo menos em tese, um salário mínimo qualquer brasileiro receberá depois de idoso, se chegar até a idade de acesso.

Então eu só queria dizer o seguinte: eu sou um entusiasta da universalidade do sistema previdenciário brasileiro, apesar de saber que ele tem enormes problemas e deficiências.

Mas eu só queria com isso também visitar um outro problema que, de certa maneira, alguns Parlamentares a ele fizeram referência, que é a questão do gasto não financeiro do Estado. Deixa eu dizer a vocês o seguinte: sabem quanto custa operar adequadamente uma creche por ano? Duas vezes o valor da construção de uma creche. Um hospital público bem operado custa exatamente 1 ano o custo de construção e de equipamento do hospital. É por isso que tem tanto hospital que tem prática de inauguração, mas não funciona, porque o problema do custeio é que você pode ver o custeio como um dinheiro que é jogado fora — às vezes é jogado fora. Mas você pode ver o custeio como um compromisso para fazer funcionar o que



existe. Eu acho que o corte relevante do gasto público é examinar o gasto-fim e o gasto-meio.

Por exemplo, uma companhia estatal de saneamento que gasta ampliando a rede de saneamento está fazendo um gasto com uma finalidade. Quando ela investe fazendo uma sede deslumbrante, está gastando uma atividade-meio. Quando ela contrata mais engenheiros para operar na ponta da linha, uma maravilha. Quando ela contrata assessor de relações públicas — não tenho nada contra eles, não — para fazer que ela fique bonitinha ante a empresa, está gastando uma atividade-meio. Quer dizer, o mérito do gasto tem que ser visto também por uma desagregação que normalmente não é feita.

Normalmente se faz o seguinte: pega-se o gasto público e se distribui em custeio e em investimento. Claro que o investimento é altamente meritório se ele for utilizado corretamente. Se você fizer o investimento e não utilizar a instalação, é uma coisa absolutamente lamentável.

Eu fui Diretor do FINSOCIAL quando começou a República Nova. Havia um programa de construção de postos de saúde, rede. E era um programa em si muito inteligente, porque era um programa que imaginava que, se você tivesse uma atenção em rede, você reduziria os custos do atendimento hospitalar. Você pode resolver num posto de saúde uma porção de questões que hoje são resolvidas por fila direta no hospital.

Só que eu mandei fazer um levantamento do que aconteceu com os postos de saúde. Meus cabelos começaram a ficar brancos, porque os postos de saúde, meu caro... Tinha uma quantidade enorme que não operava, fazendo nada, estavam feitos, prontos e fechados. Alguns eram usados como depósitos, porque é muito barato instalar um posto de saúde. O caro é botar lá dentro equipe de médicos das 4 especialidades operando 24 horas por dia. Muitas vezes o custeio é o item mais relevante do que o investimento.

Eu estou querendo fazer aqui um pouco de problematização, porque eu sou inteiramente favorável a investimentos em infraestrutura. Eu sonho com investimento em energia, em transportes. Eu sonho com investimento que leve investidor privado a investir junto, para elevar a taxa de investimento no País.



E com isso eu vou responder a um colega nosso que levantou a questão da poupança. Foi o senhor, não foi. (*Pausa.*) Não? Quem foi? É que eu fui anotando tudo, mas eu me esqueci de uma caneta fundamental, que é a caneta vermelha, porque a gente vai anotando, depois a gente vem com a caneta vermelha e sublinha. Eu anotei tanto que eu já não sei mais qual Deputado falou nisso. Mas um de vocês falou a questão da poupança. Deixa eu explicar a vocês, porque esse é, dos conceitos de economia, o mais difícil, e como isso permite muita manipulação.

É absolutamente verdadeiro que, se eu, pessoa física, gastar mais do que eu ganho, eu vou me endividar. E como eu tiro do bolso direito o que eu gasto e boto o que eu ganho no bolso esquerdo, se eu definir a poupança como a diferença entre o que entra e o que sai, se eu gastar mais, eu não tenho poupança. Então, se eu não tenho poupança, necessito de alguém que me financie.

Esse tipo de raciocínio é aplicado ao País como um todo e é falso. Eu vou explicar por quê. Se eu tiver no País mão de obra disponível, se eu tiver no País conhecimento técnico-científico suficiente, se eu tiver no País capacidade de produzir máquinas instaladas, se eu tiver capacidade disponível na indústria de cimento, eu posso tocar para frente um programa de obras públicas, porque o gasto que eu faço da obra pública estimula a indústria a produzir. E ela produzindo gera salários, e as pessoas gastando os salários vão gerar arrecadação de impostos.

É o contrário, ou seja, o gasto público na frente eleva o produto da economia, e o produto da economia elevado permite pagar. É o mesmo raciocínio que uma empresa faz. Eu sou empresário, olho o futuro e digo o seguinte: “*O mercado onde eu estou vai triplicar.*” Estou apostando no futuro. Eu digo assim: “*Se eu não ampliar agora, os meus competidores vão fazer. Então, quando o mercado crescer, eu não vou ter o que fornecer mais para eles.*” Então, o que eu faço? Eu me endivido hoje e eu espero pagar o meu financiamento com a série futura de lucros que eu vou obter produzindo. Se o mercado confirmar, eu dou certo, sou um bom empresário. Eu estou simplificando.

De novo, vejam bem, não é a poupança prévia; é o crédito, o financiamento e o sistema de endividamento que permitem investir. Aí é o seguinte: o empresário que tomou o crédito para fazer uma nova fábrica em cima de um bom prognóstico que dá certo, o empresário que pegou o crédito para ir para Paris ou para criar uma



filial à sua esposa, uma mantenida em qualquer lugar vai para o brejo. Depende do que é que gasta. O que eu estou querendo dizer aos senhores é que não há nem anjo nem demônio.

A questão da poupança é extremamente importante, mas a poupança é gerada pelas decisões que você assume em relação ao futuro. Ela não é uma restrição em relação ao futuro. Sabe qual é a restrição? Não ter energia elétrica. Se eu não tiver energia elétrica, eu não tenho investimento, entendeu? Então, a mim no Brasil me preocupa muito mais, muito mais a falta de investimento em geração de energia elétrica do que propriamente a questão da poupança. Por que nós estamos comprometendo o quê? A possibilidade de investir amanhã, entenderam?

O que eu estou só querendo dizer é que essa noção de poupança é tratada pelos neoliberais como a razão absoluta para que todos os países desregulamentem a movimentação de capital. E eu sempre gosto de denunciar isso como a brutal falácia. Sabem por quê? Porque o mesmo discurso que justifica liberdade de movimentação de empresas, capitais, cambiais, informações, tecnologias bloqueia os deslocamentos de população e mão de obra. Ou seja, mantém a questão social no perímetro de uma nação.

Se o mundo inteiro aceitasse o neoliberalismo deveria o quê? Acabar com os passaportes! Liberdade para a mão de obra. Eu, por exemplo, resolveria o problema brasileiro fazendo um acordo com a VARIG para pegar aviões como aqueles que transportam tropa para o Vietnã, ensinava aos brasileiros que querem trabalhar no exterior 30 ou 40 frases — *How much, I want, etc.* —, punha para lá e mandava para lá. Eu não posso fazer isso, posso? Nenhum país do mundo deixa.

Então, eu tenho o quê? Que ampliar o sistema de educação, de saúde. Aí eu chego até a universidade. Aí sabe o que a gente faz? O País não cresce. No ano passado, 140.000 jovens brasileiros com diploma universitário concluído ou inconcluso migraram para o exterior. Isso, sim, é um grande problema. Nós estamos jogando para fora o quê? Juventude brasileira.

Nós precisamos crescer, Srs. Deputados. Aí vocês vão me perguntar: E se o senhor fosse Ministro da Fazenda? Primeiro, quero saber o seguinte: se é Ministro da Fazenda com carta branca do Presidente ou seria um Ministro da Fazenda todo trancado, porque alhos e bugalhos têm muita diferença. Por exemplo, eu queria ter o



Banco Central sob o meu comando. Eu nunca aceitaria ser Ministro da Fazenda com o Banco Central com estatuto autônomo e independente — e grau de Ministro, porque o Meirelles é, na verdade, Ministro. Aí não dá, entendeu? Eu não seria Mantega jamais (*risos.*), apesar de gostar dele e apesar de dizer que ele teve coragem de cobrar os 2% agora. Vai tomar muita paulada por conta disso. Podia cobrar mais, mas, de qualquer maneira, só com os 2% ele já vai apanhar.

Mas o que eu quero colocar para os senhores é o seguinte: “*Tudo bem, eu sou ministro, carta branca.*” Sabem a primeira coisa que eu ia fazer? Ia chamar o Presidente do BNDES, o Presidente da Caixa Econômica, o Presidente do Banco do Brasil e dizer o seguinte: “*Os senhores três são bancos públicos. Eu quero que os senhores três façam uma política coordenada de redução do spread. Eu quero que os senhores paguem um pouquinho mais pelo dinheiro que captam e reduzam o juro.*” Sabem o que eu ia fazer? Ia forçar uma queda do spread bancário, porque das duas, uma: ou os bancos acompanhariam o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, ou então perderiam posição para o banco público. Eu teria simplesmente lançado mão da competição de mercado. Não podia ser atacado, poderia? (*Pausa.*) Não.

Aliás, o Presidente Lula muito tempo levou sem fazer isso. Fez há pouco tempo, quando ele demitiu o Presidente do Banco do Brasil. Só que ele não deu a ordem completa. Ele tinha que ter dado a seguinte ordem: “*Pague mais pelo dinheiro que você coleta.*”

Estava aqui um Deputado falando que pagou no cartão 5%, mas o que ele não diz é que a remuneração que ele obtém não chega a 1% ao mês do dinheiro que ele deixa, entenderam? Quando ele precisa, ele paga 5% ao mês, mas, se ele deixar o dinheiro aplicado pelo banco comercial, ele obtém, na melhor das hipóteses, CDI...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Zero vírgula cinco por cento.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Exatamente. Está claro? Está clara a simetria? Eu queria que o Banco do Brasil pagasse 0,6% e cobrasse menos. Eu sou o Ministro da Fazenda todo-poderoso, não sou? Se o Presidente do Banco do Brasil dissesse que não, eu mandava convocar uma assembleia e demitia ele. Se o Presidente da Caixa Econômica não topasse



isso, dava-lhe um pontapé. Então gostando? O futuro Ministro da Fazenda de um governo inexistente? (Risos.)

Deixa eu dizer aos senhores o seguinte. Com isso, eu forçaria uma tendência generalizada à redução da carga de juros. As pessoas ficam falando da carga fiscal, mas sobre a pobreza agora tem uma carga de juros terrível, que está embutida no financiamento que fizeram de uma forma. Sabem que o que mais cresceu no Brasil nos últimos anos foi o crédito pessoal? Porque crédito consignado com desconto em folha você sabe que qualquer funcionário arranja. Eu sou aposentado (*riso*), o cara chegou para mim: *"Mas o senhor não vai tirar partido do crédito?"* Eu disse: *"Não, que não gosto de dever."*

Vejam bem, seria possível produzir uma redução espetacular da taxa de juros. É claro que eu ia dar ordem ao Presidente do Banco Central para não fazer o contrário, não é? Não sou o Ministro da Fazenda todo-poderoso?

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - De um governo que não existe.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Que não existe. Por isso eu posso propor a vocês certas coisas. Ia diminuir o estoque de títulos de dívida pública no Tesouro americano. Ia botar um pedaço muito grande recomprando ações da PETROBRAS, dando antes notícia que a PETROBRAS estava indo mal. Eu seria capaz de pagar para a PETROBRAS furar um poço errado (*risos*) para produzir uma quebra da Bolsa de Nova Iorque e comprar ação. Faria o que eles fazem, meus senhores. O jogo é esse. Eu faria o jogo deles. Lançaria mão da competição, usando os bancos públicos para encurralar os bancos privados.

Quando eu fui Presidente do BNDES, encontrei uma situação muito esquisita. Tinha uma operação de financiamento que era feita para a PETROBRAS através de 4 grandes bancos brasileiros — não vou dar os nomes. Só que essa operação era feita com fundos do BNDES. Então, eles pegavam dinheiro baratinho do BNDES e repassavam mais caro para a PETROBRAS. Só isso. E eu, então, cortei essa operação e recebi o protesto deles. Eles vieram e eu disse: *"Não, senhores, deixe eu explicar. É muito fácil para mim fazer essa operação direta com a PETROBRAS, só preciso atravessar a passarela."* Entre o prédio da BNDES e da PETROBRAS, tem uma passarela. *"Mas e o risco?" "Eu prefiro o risco PETROBRAS ao risco banco."*



Aliás, diga-se de passagem, estava certíssimo, porque o risco banco é terrível. Os americanos descobriram quando os seus maiores bancos quebraram, e alguns deles estão sendo socorridos no hospital do Tesouro americano.

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Dr. Carlos...

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Desculpe, sim.

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - O BNDES agora emprestou 40 bilhões à PETROBRAS, dinheiro que nós aprovamos agora, autorizamos.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Não, foi ótimo isso.

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Foi bom?

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Muito bom.

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Para a PETROBRAS, não é?

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- E para o Brasil, porque se há coisa que vai para frente neste País é economia de petróleo. Eu espero que vá para frente pelo bem. Aqui eu quero dizer uma coisa a vocês. Eu gosto imensamente de tudo o que o Presidente Lula declarou oficialmente a respeito de petróleo. Eu registrei 3 declarações fundamentais do Presidente: primeiro, que o Brasil não exportará petróleo cru; segundo, que os efeitos dinâmicos da economia do petróleo serão todos orientados para o interior da economia brasileira — ou seja, não importaremos navios de Singapura —; terceiro, que os lucros do petróleo sejam usados para criar um fundo para a educação e para a saúde. Perfeito, o senhor não tem nada a mexer nisso. Só que eu quero saber se vai fazer isso mesmo ou não, porque para esse trem-bala os chineses ofereceram 10 milhões de dólares em troca de... O quê?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Petróleo.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Não, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - O Ivan está provocando quanto ao futuro.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Não, não. O problema... Eu só gostaria que os senhores tivessem presente o seguinte: não há maior maldição para um país do que ser exportador de petróleo. Vocês não se iludem quanto a isso. Ter petróleo é uma bênção; ser exportador é uma maldição. A Indonésia tinha muito petróleo, fazia parte da OPEP. Exportou petróleo a menos de 3 dólares e hoje é importadora de petróleo — agora, a 80 dólares; no ano passado, a cento e poucos. O México tinha 48 bilhões de reservas de petróleo. Depois da dívida foi obrigado a entregar seu petróleo. Sabem o que aconteceu? Hoje as reservas do México estão reduzidas a 14 bilhões, e o México corre o risco de virar importador de petróleo. E assim vai. Eu quase que olho o petróleo dizendo assim: é mão de Deus e a mão do demônio.

Aliás, eu vi que tinha uma Comissão Parlamentar aqui do lado dos senhores, porque eu cheguei aqui, esta estava às escuras, eu fui para lá assistir. Era sobre a PETRO-SAL.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - São as Comissões Especiais para analisar os projetos do pré-sal.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Isso é muito bom, isso é muito importante, é extremamente importante. Se há tema que está ligado ao futuro do País e tal, está o pré-sal. O que eu quero dizer é que, se eu fosse o Ministro da Fazenda, eu estava empurrando o BNDES a financiar a PETROBRAS. É hoje talvez....

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - E é mercado cativo. O mercado do fornecimento interno é cativo.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Não, deixa eu explicar, deixa eu dar para os senhores outro problema. Vocês acham que o Brasil exporta soja? (Pausa.) O Brasil exporta soja, que é um produto da fotossíntese no estabelecimento agrícola, energia solar, água, solo e tal. Tem o trabalho dos brasileiros, tem os tratores movidos a petróleo. A partir daí, o caminhão bebe petróleo; quando chega no porto, está bebendo petróleo. Quando você exporta soja, está exportando o solo e o petróleo. Eu quero exportar soja.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Exportar a soja manufaturada.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Era isso que eu ia dizer. Vou seguir em frente. O senhor me tirou palavra da boca. Somos irmãozinhos. (*Risos.*) Vejam bem, a soja eu quero exportar como farelo, e eu queria que o farelo fosse comido pelo boi, eu queria que, em vez de exportarmos o boi, nós exportássemos carnes classificadas e maturadas, e o couro, processado no Brasil e convertido em calçado, em Franca, em São Paulo, em Nova Hamburgo, em São Leopoldo. Sabem por quê? Porque nós exportamos couro cru. Sabem para quem? Para Hong Kong e Itália. Sabem o que eles fazem? Calçado que vai para o mercado norte-americano.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Aí, sim, tem de ter uma taxação ou um estímulo.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- É isso aí. Você sabe...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Tem de ter uma taxação ou um estímulo.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Deputado, o senhor sabe das coisas, o senhor é desenvolvimentista. Ponto. (*Risos.*) Tem tucano...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ele sabe, mas não aplica.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Ele é seu Ministro adjunto.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ele sabe, mas não aplica.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Perdoem a irreverência, mas o que eu quero dizer é o seguinte: para mim, o corte relevante não é partidário, para mim o corte relevante é bom brasileiro e mal brasileiro, ou brasileiro com "b" minúsculo. O que eu quero dizer é o seguinte: independente da filiação partidária, nós podemos pensar o Brasil e levar o País a sério ou podemos pensar o Brasil de uma forma, vamos dizer, ligeira, e não dedicar a vida ao Brasil. Eu tenho muito respeito por muitos Parlamentares. Fico muito entristecido com a desmoralização que o Congresso Nacional atravessa com a opinião pública. É uma coisa horrorosa, porque o problema é o seguinte: princípio de representação é fundamental para a democracia; sem o voto, não há representação; desmoralizar o voto é desmoralizar a própria democracia. Eu acho perigosíssimo



isso. E eu acho que a imprensa... E aí assim eu gostaria de pegar o Deputado e dizer a ele: o serviço péssimo que a imprensa faz é o seguinte. Corretamente ela denuncia os escândalos, porém ela não denuncia o comportamento, não valoriza o comportamento sério. Então, o Parlamentar que trabalha não ganha uma linha. Agora, o que dá um tombinho, não é? (Risos.) Esse é que é o problema.

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Professor, mas a culpa é do Congresso, dos próprios Parlamentares.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Não, não é, não. É e não é.

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - A Casa tem de se impor mais.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Eu sei.

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Eu tenho chamado muito a atenção a respeito disso. Passou um assunto que eu esqueci.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Desculpe-me.

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Eu ia perguntar.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Daqui um pouquinho o senhor se lembra. Só um minuto. Eu queria avançar...

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Era a questão do couro, o senhor falou no couro. Há um ano um couro custava setenta e poucos reais, hoje custa 15 reais. E o preço do calçado é o mesmo na praça.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Exatamente. Aliás o senhor deu uma... O senhor é de onde? Desculpe, de que província?

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Da Amazônia, sou de Rondônia.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- E o senhor sabe do couro de lá? Que bom! Deixa eu dizer aos senhores o seguinte: o que acontece com a indústria de calçados é um crime em relação à brasiliade. Estão destruindo a indústria de calçado no Brasil. Daqui a pouco, nós vamos comprar calçado chinês em supermercado no Brasil. O senhor me desculpe.



É inacreditável a displicência em relação a essa indústria. Eu sei que técnicos do Rio Grande do Sul estão sendo contratados para trabalhar na Ásia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO - Mas aí o senhor concordaria, então, que o reconhecimento da China como economia de mercado, prematuramente, levianamente feito pelo Governo brasileiro, foi...

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Foi uma furada. Mas não é isso, não.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO - Então...

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- A gente não copia dos chineses o que eles fazem de bom.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO - Sim.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Os chineses fazem coisas ótimas para os chineses e péssimas para o resto do mundo. Eu, por exemplo, gosto de me inspirar na China, o que eu não quero é ser chinês. (*Risos.*) Como também eu adoro o que os Estados Unidos fazem, eu não quero é ser objeto do que eles fazem.

Aliás, outro dia eu tive uma reunião muito engraçada, porque me chamaram para participar de uma comissão grande de Parlamentares e técnicos que vieram dos Estados Unidos para discutir conosco. Eu comecei fazendo um enorme elogio aos Estados Unidos. Eu disse assim: "*Eu gostaria que o meu País fizesse o que os senhores fazem, falasse uma coisa, fizesse outra.*" Aí eu comecei a explicar... (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Principalmente as recomendações do FMI.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Eu sou o Ministro da Fazenda todo-poderoso, não sou? Sou ou não sou? Tudo bem. O senhor quer que eu continue? Eu vou continuar. O meu orçamento eu ia mandar classificar entre fins e meios, atividades-fim e atividades-meio. Eu iria propor que o Congresso Nacional aprovasse duas coisas: um orçamento que distinguisse custeio e consumo, custeio e investimento, e um orçamento que diferenciasse atividades-meio de atividades-fim.



Eu queria muito que houvesse uma lei pela qual o Congresso Nacional aprovasse um orçamento cambial a ser apresentado por mim, Ministro da Fazenda, orçamento, ao Ministério, ao Poder Legislativo. O Poder Legislativo poderia, recebendo esse orçamento, me perguntar o que eu pretendo fazer com... (Pausa.)

Você está bom? O Chico é amigo meu velho. É meu colega de universidade. Esse aí é... (Risos.) Está ficando de cabelos brancos. Eu já estou com todos eles brancos, mas a gente já teve cabelo preto, não foi?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Eu li Marx, não entendi, mas lia Lessa e entendia tudo, não é? (Risos.)

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Mas aí, deixa eu dizer uma coisa a vocês... Eu continuo sendo Ministro da Fazenda ou já fui demitido?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Ministro.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Então, eu queria que o Congresso Nacional aprovasse a minha proposta de orçamento cambial, eu a submeteria aos senhores. Se por acaso a evolução dos tempos me criasse uma situação terrível, eu queria que os senhores criassem uma Comissão Parlamentar, que operaria sob sigilo, na qual eu explicaria se fizesse alguma modificação. Entenderam?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Vinte por cento do Orçamento para investimento.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Não, isso pelo menos! Mas vocês estão compreendendo? O que eu quero dizer é o seguinte: eu não gosto da maneira como o Orçamento é aprovado no Brasil. Para mim, o Orçamento tinha que ter valor não indicativo, tinha que ter valor o quê?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Impositivo.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Impositivo.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - A emenda nossa, constitucional.

**O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA**

- Quer dizer, o problema é o seguinte: eu quero ser Ministro da Fazenda, mas eu não quero ser um ditador do País, porque se eu controlo o caixa do Tesouro...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - E o Banco Central, como é que o senhor faria: daria independência para ele, autonomia, ou não?

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Não. Chamava o Belluzzo para ser Presidente, mas eu é que escolhia. Se ele não se comportasse bem, eu o demitia.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Quer dizer, não daria independência coisa nenhuma?

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- De forma nenhuma! Deixe-me dizer aos senhores o seguinte... Eu sou ou não sou Ministro da Fazenda?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - É Ministro!

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Se eu for Ministro da Fazenda a política monetária for um espaço que eu não comando, eu não sou o responsável pela política econômica do País! E eu não vou ser palhaço com 74 anos. Mas eu não vou aceitar esse convite. Mas deixem eu dizer o seguinte, só para completar, porque são coisas importantes que nós estamos falando. Vocês perdoem o estilo carioca, mas é que eu quero sublinhar algumas coisas — viu, Chico? O Chico está envergonhado, ali, abaixando a cabeça. (Risos.)

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Ele está orgulhoso!

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Deixa eu dizer uma coisa a vocês: eu acho, sinceramente, que o Poder Legislativo tem que ser fortalecido em missões substantivas, porque é isso que vai fazer com que o olhar do Brasil acompanhe o Congresso, entenderam? Eu sei que o Congresso... que o congressista representa um pedaço do corpo social, um pedaço do território nacional, que é muito natural que ele responda à constelação de interesses que compõe o tecido do País. Mas o Congresso é Poder, e, como poder, tem que ter poder, não pode não ter poder. Vocês acham que tem poder com o Orçamento? Nenhum! Quem tem poder fiscal no Brasil é o Secretário do Tesouro. O



Secretário do Tesouro administra a entrada e a saída. É uma caixa-preta. Ele tem mais poder até que o Ministro da Fazenda.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - O Poder dá a mão no sistema tributário novo.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - E chuta o funcional, meio modelo europeu, meio americano. Funcional. Poderíamos fazer um novo sistema tributário, como o nosso Ministro está fazendo aqui.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- É verdade.

Você está bom?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- É verdade. Eu também levaria ele comigo. Não se preocupem... (Risos.)

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Para fazer a reforma tributária, um sem-pasta.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Deixe-me dizer uma coisa a vocês...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O Hauly está indo para a Esquerda progressivamente, deu para perceber. (Risos.)

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Esta rapaziada chegou depois...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Até ele sair da sala.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Estou falando de 37, 40 anos atrás, e ele está falando de 10 anos para cá.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Deixe eu dizer uma coisa aos senhores... Deixem eu dizer uma coisa aos senhores: não pode haver democracia se não houver — coisa da Revolução Francesa, não é? — os 3 Poderes funcionando bem e com independência. E eu acho, sinceramente, que o Congresso Nacional tem poucos poderes. Eu acho isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - O Presidente da Câmara francesa, do Parlamento francês, estava aqui, agora, Lessa. Eu fui lá e falei para ele



que... Por exemplo, a Câmara francesa está aqui comemorando o Ano da França, e eu fui lá falar para ele que a Europa e o mundo civilizado têm que pagar para ter uma floresta amazônica em pé.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Por definição, não é? Aliás, eu não gosto... Deixem eu dizer: o tema do meio ambiente é um tema tão importante que não pode ser deixado para especialistas, porque...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

Não, porque agora você tem uma coisa, que é o veto...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E muito menos por ruralista, não é?

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Também. Não! Eu acho que tem que ser um tema que... *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Ao contrário, com cabeças novas.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Tirar o bifinho deles. Não vão mais comer filé *mignon*.

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Com cabeças novas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Botaram os ruralistas para fazer...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Deixem eu só dizer uma coisa... Eu só queria dar um dado aos senhores que eu acho relevante. Escutem, deixem eu dar aos senhores um dado que acho relevante: eu, por exemplo, não posso, como Ministro da Fazenda, me meter em outra Pasta, que é o Ministro de Meio Ambiente. Mas eu, Ministro da Fazenda, ia chamar o Ministro do Meio Ambiente — no momento, é o Minc, não é? O Minc é carioca. É da mesma turma dele, da UFRJ. *(Risos.)* É amiguinho meu, também.

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Gabeira...

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Não. Gabeira, não. O Gabeira não é meu amigo, não. Eu estou falando do Minc. Mas olha aqui, eu não gosto do Gabeira, não! *(Risos.)* Eu não gosto de pessoas que oscilam de um lado para o outro, porque eu acho que o ego deles é monstruoso.



Eles procuram refletor só! Isso me dá medo. Eu aceito para corista, para artista de cinema, mas para homem público eu não gosto disso, não. Eu não gosto, mas não gosto mesmo! Não gosto. Tenho suspeitas muito grandes quanto a isso. Mas deixem eu só completar aqui uma coisa que é relevante: o Ministério de Meio Ambiente tem em mãos um poder de voto que é um poder de voto ultrapoderoso, e o Ministério de Meio Ambiente não tem os meios para administrar esse poder.

Eu me lembro, quando eu era Presidente do BNDES, eu tinha 17 projetos de usinas hidrelétricas examinados, projetos perfeitamente viáveis. Nós podíamos financiar e priorizá-los. Não podia financiar nenhum, porque não tinha os RIMAs aprovados. Eu conversava com a Ministra Marina. Sabem o que ela me dizia? “*Não tenho gente para analisar*”. Aí, passados 2 ou 3 meses, ela chegou perto de mim, toda feliz e disse: “*Lessa, consegui fazer 1 concurso para 75 analistas*”. Eu disse: “*Ministra, meus parabéns, mas você continua não tendo nada, porque no BNDES eu tenho mil analistas e me falta gente para analisar certos projetos*”. Como é que o Ministério de Meio Ambiente pode funcionar com uma equipe muito pequeninha?” Percebem? Isso é um problema muito sério.

Quer dizer, quando aprovam uma lei, os senhores têm que imaginar também que para colocá-la em prática é necessário o quê? Gente. Olha, não tem como. Aliás, eu quero até dizer o seguinte: eu não tenho nada que ver com as contratações do Lula, mas eu não acho que o Lula tenha errado em aumentar a contratação, não, porque no período Fernando Henrique houve uma devastação dos quadros públicos. Foram envelhecendo e deixados de lado. Eu fui reitor da universidade. Eu tenho cursos na minha universidade, que tem a nota máxima de pontuação, que o professor mais jovem tem cinquenta e poucos anos. Como eu não posso contratar professores de reposição, não se forma uma cadeia de transmissão daquele conhecimento. O curso vai acabar quando eles se aposentarem. Isso está acontecendo em todas as universidades brasileiras. Não é isso, Chico?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA

- Entenderam? Eu acho que os Srs. Parlamentares, quando aprovam alguma coisa, têm que sempre fazer o seguinte exercício: qual é a agência pública que vai implementar e quantos são os meios de que ela necessita para poder implementar.



Porque senão a lei vira letra morta. O meu avô me dizia que de boas intenções está calçado o caminho do inferno. Quer dizer, pode ser boa a legislação, mas colocá-la em prática, não é? Isso é muito sério. Muito sério, meus senhores. A legislação brasileira geralmente é ótima. O problema é que ela não é aplicada. E não é aplicada porque o Executivo não queira aplicá-la, não. Ele não tem como aplicar, ouviram? Muitas vezes! Eu não sei se eles vêm aqui e dizem isso para os senhores, mas vocês podem interrogar o pessoal do meio ambiente: falta analista. Como quando deu o colapso do sistema de aviação, não tinha controlador de voo. Um ano e meio antes do colapso, eu me lembro do Ministro Viegas, que era Ministro da Defesa, desesperado, porque não tinha abertura de concurso para preencher controlador de voo. Leva 6 meses para ele, depois de aprovado, começar a poder controlar alguma coisa, entenderam? Então, como é que querem ter...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Mas o Congresso nunca negou apoio em aprovar aumento de efetivo, porque aqui passou tudo nesses últimos anos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pois é, mas com a chiadeira dos tucanos e do DEM, viu. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA
- Mas também “passar tudo” é complicado, porque passa boi, passa a boiada e também vai...

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É porque eles estão abandonando a ideia do Estado mínimo agora, depois da crise.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA
- Minha gente, vou simplesmente dizer aos senhores o seguinte: eu fiquei muito impressionado com as questões que os senhores levantaram. Eu não sei se pude resolver tudo, mas vocês me nomearam Ministro da Fazenda e, a partir daí, eu entrei em divagação. Não é que eu queira ser Ministro da Fazenda não — afasta de mim esse cálice! —, agora, quem tiver esse “cálice” tem que ter uma centralização de poderes em mãos, não pode deixar a política fiscal de um lado e a política monetária e financeira do outro. Não há política econômica possível, sabe? Não há. Você não pode deixar que os poderes do Executivo estejam fragmentados e loteados, tem que



deixar que o Executivo os tenha e fiscalizar com competência o que eles estão fazendo. Percebe?

Eu submeteria o orçamento cambial aos senhores. Os senhores iriam ser meus parceiros como Ministro da Fazenda. Se eu desse errado, eu diria que encaminhei o orçamento e os senhores aprovaram. E aí os senhores veriam com clareza como é difícil projetar uma situação em matéria de câmbio. Mas eu iria provavelmente ter que mexer em alguma coisa. Aí vocês teriam uma comissão secreta para a gente conversar. Por quê? Porque se vazar qualquer medida em câmbio você dançou. Entendem? Mas isso não é argumento para 6 pessoas tomarem conta dos juros, do dólar, do câmbio, do futuro, do passado, do presente, da riqueza e da pobreza.

Quem comanda o País é o Banco Central. Ponto. Desculpem-me, mas é verdade. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Na verdade, Sr. Presidente, eu fiquei feliz de estar aqui neste momento, porque para mim foi uma aula. A única coisa que eu queria depois conversar é sobre o BNDES. Hoje o Presidente do BNDES está trabalhando, a meu ver, desperdiçando dinheiro. Depois eu vou solicitar alguns minutos de sua parte para ouvi-lo.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA
- Às ordens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Esclareço aos nobres Deputados que a Ordem do Dia já se iniciou, e nós não teremos como evoluir nas deliberações previstas na pauta. Mas tivemos esta palestra do Professor Carlos Lessa, que, acredito, foi uma das melhores oportunidades que esta CPI teve para meditar e refletir bem sobre o tema.

Agradeço de coração ao nobre professor, a quem tenho na melhor das contas, não só como professor, mas também como colega do Ministério do Planejamento.

Em nome da Presidência, do Deputado Virgílio Guimarães, agradeço a presença a V.Sa. neste brilhante debate com os nossos Parlamentares. E tenha certeza de que foi um dos melhores debates de que participei nesta Casa.

Muito obrigado.